



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS

**APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER PELA COMUNIDADE DO
BAIRRO DA LIBERDADE: ENTRE O DIREITO SOCIAL E A EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL**

Salvador-BA
2023

ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS

**APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER PELA COMUNIDADE DO
BAIRRO DA LIBERDADE: ENTRE O DIREITO SOCIAL E A EDUCAÇÃO
NÃO FORMAL**

LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA CORPORAL E LAZER

ORIENTADORA: Dra. EMÍLIA AMÉLIA PINTO COSTA RODRIGUES

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, na Faculdade de Educação – FACED, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação.

Salvador-BA
2023

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Santos, Ana Caroline Candeias dos.

Apropriação dos espaços de lazer pela comunidade do bairro da Liberdade : entre o direito social e a educação não formal / Ana Caroline Candeias dos Santos. – 2023.

105 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2023.

1. Educação não formal. 2. Direitos sociais. 3. Apropriação. 4. Espaços abertos. 5. Lazer. 6. Periferias. 7. Direitos fundamentais. I. Rodrigues, Emília Amélia Pinto Costa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 370. 115 - 23. ed.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

A Dissertação: **APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER PELA
COMUNIDADE DO BAIRRO DA LIBERDADE: ENTRE O DIREITO
SOCIAL E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL**

Elaborada por: ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS

Foi julgada pelos membros da Comissão Examinadora e aprovada para obtenção do título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, na área de concentração: Educação, Sociedade e Práxis Pedagógica.

Data de Aprovação: 24 de fevereiro de 2023

BANCA EXAMINADORA:



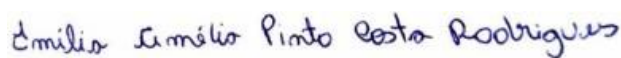
Dra. PRISCILLA PINTO COSTA DA SILVA

Examinadora Externa à Instituição
Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte (UFRN)



Dra. MARIA CECILIA DE PAULA SILVA

Examinadora Interna
Universidade Federal Da Bahia (UFBA)



**Dra. EMILIA AMELIA PINTO COSTA
RODRIGUES**

Examinadora Interna/ Orientadora
Universidade Federal Da Bahia (UFBA)

Dedico esse estudo, essencialmente a minha grande família e amigos, sem os quais não seria possível concluir esse árduo trabalho, a cada um deles que me auxiliaram a sua maneira e me deram suporte em todos os momentos em que precisei, desde o início.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo imensamente a DEUS, por me dar discernimento, clareza nos dias mais nebulosos, me fortalecer nos momentos mais difíceis, ouvir minhas súplicas através das minhas orações, por me proteger e me sustentar para que eu pudesse lidar com os percalços impostos pela vida e me manter firme lutando e perseverando, somente após sentir a presença dEle me dando forças pude continuar de pé e seguindo em frente, sem desistir e chegar a esse momento hoje de profunda realização.

Agradeço profundamente aos meus pais, minha mãe Ednalva Candeias dos Santos e meu pai Adelmo Rocha dos Santos, por sempre estarem dispostos a me dar suporte, me incentivar a nos estudos, me apoiar em tudo que me proponho a fazer, por serem amorosos e dedicados, não só a mim, mas também a minhas irmãs, sempre nos encorajar a alçar voos cada vez mais altos, se entusiasmar até com nossas menores conquistas, pois para eles tudo o que alcançamos por menor que seja é muito grandioso, por nos educar da melhor forma que puderam, sempre nos colocando como prioridades nas suas vidas. Da mesma maneira, tenho profundo agradecimento a minhas irmãs Aline e Catarine, que apesar das brigas, picuinhas, pirraças, enfim, coisas que todos os irmãos tem, nos reconciliamos rapidamente e nunca deixamos de nos apoiar, sempre desejamos o crescimento e torcemos muito umas pelas outras. Obrigada por vocês serem a minha base, meu alicerce nessa grande família da qual fazemos parte.

Muitíssimo obrigada a ela, que sempre acreditou nos meus projetos e me acolheu com carinho desde que nos encontramos no primeiro projeto no qual participei, cujo nome faz jus ao acolhimento que me deu, o AFETO, sempre minha orientadora Emília, agradeço muito pela paciência, pelos ensinamentos, pela dedicação, por ser tão acessível, por estar sempre disposta a sanar nossas dúvidas e nos responder na maior calma possível, pelas críticas sempre muito construtivas, pelas sugestões, por ser sempre tão motivadora e ainda assim nos dar autonomia e estimular a avançar cada vez mais, obrigada por ser tão essencial para mim e meus colegas de orientação e fazer parte de toda a minha trajetória acadêmica, obrigada por também acreditar em mim e me conduzir até este momento, que continuemos a nos encontrar por muito mais vezes.

Sou grata a uma pessoa muito especial, Tarcisio Pimentel da Conceição, por apesar de qualquer coisa que já tenha acontecido conosco, continuar sendo uma pessoa bem presente na minha vida, que me escuta, me arranca risadas, por ser a única pessoa capaz de conseguir me

acalmar nos meus piores momentos, pelas boas conversas, pela cumplicidade, por ser uma das pessoas que não me deixa desistir, me estimula a continuar e por fazer questão de me mostrar que eu consigo sim. Ao meu amigo da vida, de longas datas, que mesmo após nossa amizade debutar, afinal já são dezoito anos de amizade, continua me aturando da mesma forma desde quando nos conhecemos, Wemerson Santos, ou melhor para todos os que o conhece, Neném, muito obrigada, amigo pelas confidências, zueiras, pelo abraço apertado nos momentos de lágrimas, pela confiança que deposita em mim e os incontáveis momentos de alegria.

À minha grande família, que vão desde a galera dos grupos, sim vocês as Luluzinhas, esse clube de mulheres fortes, guerreiras, determinadas, parceiras, um clube de muita troca, que se ajuda em tudo o que pode, compartilha informações, receitas, segredos, brincadeiras, risadas, e o Quarteto Fantástico Ioná Carneiro (Nana), Dirceu Mesquita (Di) e principalmente Alison Brito (esse merece um parágrafo à parte e muito mais), voltando ao nosso quarteto, quem diria que íamos manter esse laço tão forte até hoje, hein?! Vocês sempre fugindo à regra da academia, apesar de sermos tão diferentes de alguma forma que não sei qual, nos entendemos e acolhemos sempre, nos motivamos, compartilhamos tantos momentos nossos e ficamos felizes com a felicidade do outro, vocês me deram muito suporte, muito obrigada por essa união, por demonstrarem tanto carinho por mim, tanta afeição e estima, sou orgulhosa em poder chamar vocês de amigos.

Alison Conceição Brito, a gente implica e briga tanto um com o outro, mas desde o primeiro contato que tivemos e em toda a minha trajetória acadêmica até hoje você se faz presente, ambos hoje mestrados do Programa de Pós Graduação em Educação da UFBA, encerrando mais um ciclo juntos, você foi a primeira pessoa a me incentivar a fazer a inscrição para o mestrado, me auxiliou em absolutamente tudo desde a fase de seleção, mostrou seu companherismo me ajudando a superar todos os percalços que encontramos pelo caminho, muitíssimo obrigada por toda a cumplicidade que sempre tivemos, por todas as conversas, pelas horas e horas de estudos, reuniões, mensagens, por todo encorajamento que sempre me deu, eu não estaria nesse momento sem a sua ajuda, meu amigo, muito obrigada por fazer parte da minha vida.

À família de patas Melanina (Mel) e Mirabel (Mira), minhas sobrinhas de patas, espoletas que amam um carinho e também alegram nossos dias.

À família Rocha e família Candeias, que tanto vibraram desde que viram o meu nome entre os classificados na seleção de mestrado, que como toda família briga, tem desavenças, mas permanecem unidos, que fazem qualquer coisa se tornar motivo de festa e comemoração, de fazer uma rodinha com muita música, dança e barulho na sala de casa ou

alguma laje, aos tios, tias, avós, cunhados (em especial, Luís Otávio), primos e primas, em especial Evelin Teles Candeias sempre muito parceira, é muito inteligente, a mais competente analista de sistemas que já conheci, a melhor em deixar slides dinâmicos, tanto me auxiliou com suas super ideias.

Aos Moradores do bairro da Liberdade que aceitaram participar da pesquisa, reservaram um pouco do seu tempo para responder as questões e possibilitaram a realização desse estudo. Do mesmo modo, agradeço aos Responsáveis pelos espaços do bairro da Liberdade no qual visitei, os espaços lembrados ou não pelos moradores, mas tão significativos ao bairro, a todos eles que me receberam, me apresentaram os lugares, que conversaram comigo por longos minutos, alguns até por hora, me concederam uma verdadeira entrevista, muito obrigada pela recepção.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por me conceder uma bolsa de mestrado por meio do programa de apoio e incentivo à pesquisa científica.

À banca examinadora dessa Dissertação de Mestrado, composta pelas Dr.^a Maria Cecília de Paula e Dr.^a Priscila Costa que aceitaram fazer parte desse processo e com um olhar renovado tanto contribuíram desde a fase de qualificação com muitas sugestões que muito me inspiraram.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), mais precisamente o Programa de Pós Graduação em Educação por todas as vivências do ensino superior, desde os funcionários, aos professores, os grupos de pesquisa, como o HCEL do qual fiz parte, agradeço por todo auxílio e por responder aos meus chamados sempre que solicitei.

Por fim, sou muito grata aos meus amores maiores, minha sobrinha Luiza dos Santos Ferreira (Lu) e minha filha Lara Beatriz dos Santos Pimentel (Larinha, Bia), agradeço por ter tido a oportunidade de ter vocês comigo mesmo que por tão pouco tempo, enquanto eu viver vocês estarão presentes nas nossas vidas, na minha memória, no meu coração, nas fotos, em todas as lembranças que tivemos juntas, jamais esquecerei de vocês, meus amores, o profundo amor que sinto or vocês permanecerá com a mesma intensidade sempre. Igualmente registro meu agradecimento ao meu príncipe Nicollas Rocha (Nick) e minha sobrinha Alicia Candeias dos Santos (Lili), que desde muito pequena teve que aprender a lidar com as tristezas da vida e nos fortaleceu, muito amorosa, nos deu ânimo e força através da sua dança, sua música, seu abraço, seu carinho e alegria. Amo muito vocês!

Agradeço a TODOS vocês que ajudaram a moldar a mulher que sou hoje e de alguma maneira contribuíram para que eu pudesse vivenciar essa experiência e realização após um árduo trabalho. Muito Obrigada!

"Quando avistam-me, é que recordam que ha favelas no Brasil. Quando eu morrer, o problema será olvidado [esquecido] como decreto de politico que vão para as gavêtas. Será que surge outras Carolinas? Vamos ver!"

Carolina Maria de Jesus. Casa de Alvenaria. Vol.1: Osasco, p. 170, 2021.

RESUMO

Considerando que ao longo da história a cidade está em constante processo de construção e transformação, a fim de ser ocupada e dar sentido e significado ao ambiente, se configurando como um lugar que possibilita as interações sociais, correlação entre os indivíduos e os espaços, mostrando-se essencial para o desenvolvimento de fenômenos diversos, como o lazer, os espaços disponíveis nas cidades devem apresentar plenas condições de serem apropriados por todos os indivíduos da sociedade, cabendo aos órgãos dos poderes públicos garantir que todos os cidadãos possam vivenciar nesses espaços os direitos sociais estabelecidos legalmente, propiciando a viabilização dessas vivências não só nas áreas centrais das cidades, mas fazendo-se necessário, estimular, conscientizar e apoiar as manifestações de lazer inclusive nos lugares que seguem estigmatizados e carentes do olhar público e acadêmico, bem como de uma melhor infraestrutura, como as áreas periféricas. Diante disso, buscou-se através desse estudo investigar como são vivenciados fenômenos como o lazer em uma região periférica de Salvador-BA, o bairro da Liberdade, tendo como objetivo compreender a relação entre os espaços identificados pelos moradores do bairro da Liberdade como espaços de lazer e o acesso ao lazer enquanto direito social, bem como, a possibilidade da educação não formal através da educação pelo lazer nesses espaços. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, apresentando caráter qualitativo. Para proceder com esse estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, desenvolvida com os moradores do bairro da Liberdade, em Salvador-BA, mediante a aplicação de um questionário online com roteiro estruturado, via *Google Forms*. Cada questionário pôde ser acessado virtualmente pelas pessoas interessadas em participar do estudo, ficando disponível para receber respostas durante um período de 1 (um) mês, o mesmo esteve disponibilizado no mês de agosto de 2022. A partir daí, seguindo os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos 18 (dezoito) respostas foram válidas a serem analisadas. Para análise dos dados, as questões foram segmentadas, sistematizadas, organizadas em categorias e realizada a análise de conteúdo. Por meio dos resultados obtidos, foi possível determinar o perfil sociodemográfico dos atores sociais participantes na pesquisa, compreender o que os moradores do bairro da Liberdade entendem como um direito social, o significado de lazer para essas pessoas, como esses moradores vivenciam o lazer e a importância dos espaços de lazer para os moradores do bairro. Nesse sentido, entende-se que é de suma importância possibilitar o acesso aos ambientes citadinos e ao lazer, tratando-se de um fenômeno fundamental para a vida humana, que deve ser vivenciado de maneira igualitária por todos os indivíduos da sociedade, que seja desvinculado do caráter mercadológico e esteja mais voltado a princípios humanos e culturais, direcionados aos mais diversos campos de interesse de cada pessoa por sua livre escolha e proporcionado de maneira mais ampla possível, capaz de oportunizar melhoria na qualidade de vida e inúmeros benefícios, inclusive educacionais através da educação não formal para as pessoas, para que dessa maneira o lazer se concretize como um direito social.

Palavras-chave: *Lazer. Periferia. Direito Social. Educação Não Formal. Espaços de Lazer na Periferia.*

ABSTRACT

Considering that throughout history the city has been in a constant process of construction and transformation, in order to be occupied and give meaning and meaning to the environment, becoming a place that enables social interactions, correlation between individuals and spaces, showing essential for the development of diverse phenomena, such as leisure, the spaces available in cities must present full conditions to be appropriated by all people in society, and it is up to public authorities to ensure that all citizens can experience their rights in these spaces, legally established social activities, making these experiences viable not only in the central areas of cities, but making it necessary to stimulate, raise awareness and support leisure activities, including in places that remain stigmatized and lacking in the public and academic gaze, as well as a better infrastructure, such as peripheral areas. Therefore, this study sought to investigate how phenomena such as leisure are experienced in a peripheral region of Salvador-BA, the neighborhood of Liberdade, aiming to understand the relationship between the spaces identified by the residents of the neighborhood of Liberdade as spaces of leisure and access to leisure as a social right, as well as the possibility of non-formal education through leisure education in these spaces. This is an exploratory research, with a qualitative character. To proceed with this study, a field survey was carried out, developed with residents of the Liberdade neighborhood, in Salvador-BA, through the application of an online questionnaire with a structured script, via *Google Forms*. Each questionnaire could be accessed virtually by people interested in participating in the study, being available to receive responses during a period of 1 (one) month, which was made available in August 2022. From then on, following the established inclusion and exclusion criteria, 18 (eighteen) responses were valid for analysis. For data analysis, the questions were segmented, systematized, organized into categories and a content analysis was performed. Through the results obtained, it was possible to determine the sociodemographic profile of the social actors participating in the research, to understand what residents of the Liberdade neighborhood understand as a social right, the meaning of leisure for these people, how these residents experience leisure and life. importance of leisure spaces for residents of the neighborhood. In this sense, it is understood that it is extremely important to provide access to city environments and leisure, as this is a fundamental phenomenon for human life, which must be experienced equally by all individuals in society, which is unrelated to of a marketing character and is more focused on human and cultural principles, directed to the most diverse fields of interest of each person by their free choice and provided in the widest possible way, capable of providing opportunities for improvement in the quality of life and countless benefits, including educational ones through of non-formal education for people, so that in this way leisure becomes a social right.

Keywords: *Leisure. Periphery. Social Right. Non-Formal Education. Leisure Spaces in the Periphery.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1:	Mapa do Bairro da Liberdade, Salvador – BA.....	54
Imagem 1:	Entrada do Curuzu.....	55
Imagem 2:	Plano Inclinado da Liberdade.....	55
Imagem 3:	Entrada da Feira do Japão.....	55
Imagens 4 e 5:	Fachada do Shopping Liberdade e Vista do Shopping da Liberdade para a Cidade Baixa.....	56
Imagens 6, 7 e 8:	Praça do Largo do Tanque Luiz Gama, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	57
Imagens 9 e 10:	Praça do Bairro Guarani, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	58
Imagens 11, 12, 13 e 14	Praça do Sieiro, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	59
Imagens 15, 16, 17 e 18	Praça da Lapinha, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	60
Imagens 19, 20, 21 e 22:	Praça da Soledade, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	61
Imagens 23, 24, 25 e 26:	Centro Social Urbano (CSU), bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	66
Imagens 27 e 28:	Colégio Estadual Duque de Caxias, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	67
Imagens 29, 30, 31 e 32:	Sede do Bloco Ilê Ayê, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	68
Imagens 33 e 34:	Centro Cultural Desportivo ACM Brasil, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.....	69

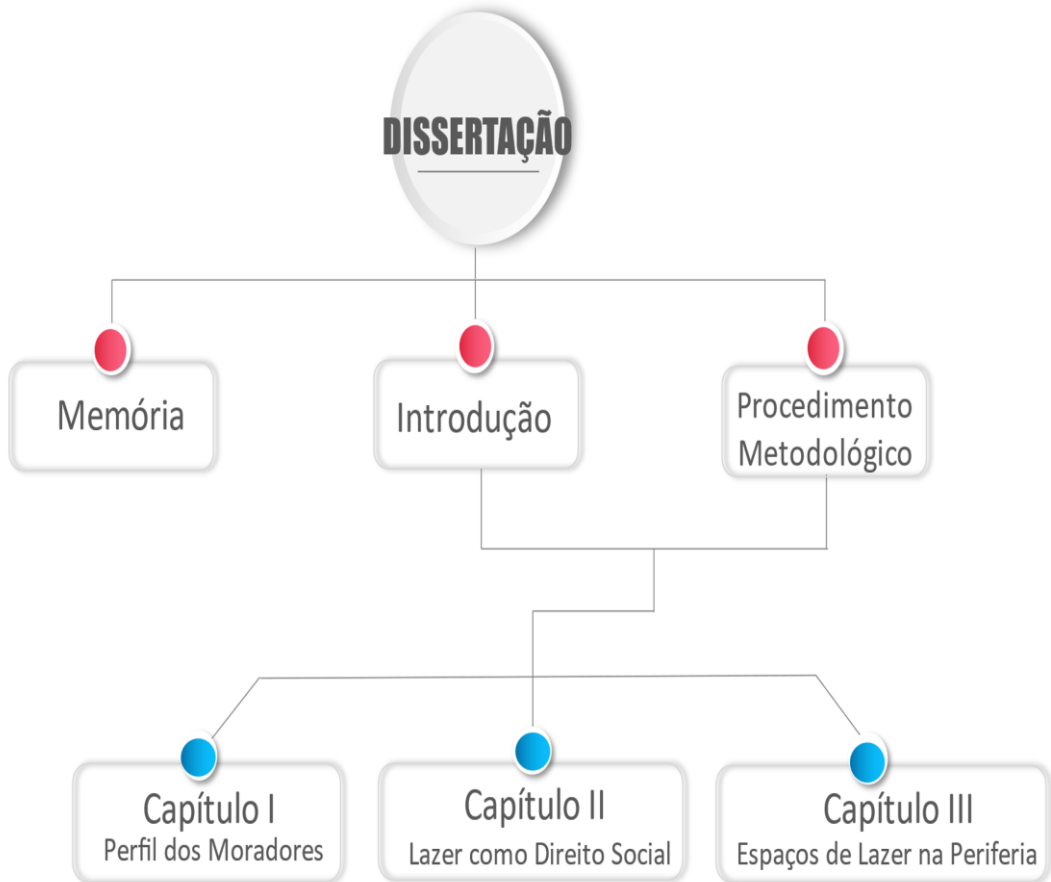
LISTA DE TABELA E GRÁFICOS

Tabela 1: Perfil Sociodemográfico dos Moradores que frequentam os espaços de lazer do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.....	33 - 34
Gráfico 1: Existem espaços de lazer no bairro? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.....	64
Gráfico 2: Está satisfeito com a estrutura e equipamentos disponíveis nesse(s) lugar(es)? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.....	71
Gráfico 3: Acredita que o bairro da Liberdade possui espaços de lazer suficientes para toda a comunidade? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.....	74
Gráfico 4: Considera que esse(s) espaço(s) garante(m) o acesso ao direito de lazer da melhor maneira possível? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.....	76

SUMÁRIO

1. MEMÓRIA.....	15
2. INTRODUÇÃO.....	21
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	26
4. CAPÍTULO I – O BAIRRO DA LIBERDADE E O PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO DOS SEUS ATORES SOCIAIS.....	31
5. CAPÍTULO II: LAZER: Principais Concepções E Possibilidades De Um Direito Social Fundamental No Cotidiano Dos Seus Atores Sociais.....	36
Lazer enquanto Direito Social.....	38
Direito ao Lazer e suas Principais Concepções Teórico-Conceituais.....	47
6. CAPÍTULO III: Espaços de Lazer Na Periferia e as Vivências dos Atores Sociais do Bairro da Liberdade em Salvador – Bahia.....	51
Lazer na Periferia: Os Espaços dos Moradores do Bairro da Liberdade em Salvador – Bahia.....	62
Lazer no Cotidiano dos Sujeitos Sociais: Vivências dos Atores Sociais do Bairro da Liberdade em Salvador – Bahia.....	72
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE.....	92
Apêndice A - Questionário Estruturado via Google Forms para os Moradores.....	93
ANEXOS.....	95
Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Questionário Online via Google Forms.....	96
Anexo II – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa.....	103

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO



1. MEMÓRIA

SEGUINDO OS CAMINHOS TRAÇADOS: PARTINDO DE UMA VIAGEM PELA ESTRADA DA LIBERDADE

Ana Caroline Candeias dos Santos, assim me chamo, nascida em Salvador, moradora de um dos diversos bairros periféricos da cidade, filha do meio, uma das três mulheres que junto com minhas irmãs Aline e Catarine, serão sempre pequenas meninas de pais muito amorosos e também enérgicos, Adelmo e Ednalva. Tivemos em nossa história pessoal de vida momentos maravilhosos, momentos difíceis e momentos impossíveis, assim como todas as pessoas podem ter nesse mundo onde não temos o controle de nada e o imprevisto sobrevêm a todos. São por esses momentos impossíveis que não consigo falar muito sobre a minha história de vida pessoal, mas vou me ater aos momentos menos delicados e igualmente importantes que também contribuíram para que chegasse até aqui, aos processos que levaram a construção da educação na minha caminhada no ambiente acadêmico.

Ao observar, desde a infância quando o uso de eletrônicos e o acesso as redes sociais ainda era tímido, não era tão constante e primordial e a violência não se fazia tão presente, quando podíamos participar de diversas brincadeiras nas ruas, sim eu ainda alcancei um pouco desse tempo. Pulei corda, elástico, cama de gato, joguei capitão, sete pedrinhas, garrafão, bandeirinha, descii avoadada a ladeira em trenzinho de patins, brinquei de rico e pobre de marré, bambolê, amarelinha, passar anel, algumas brincadeiras de bater as mãos que assim como outras não consigo mais lembrar o nome e acabam por se perder pois não costumamos ver com tanta frequência hoje, dentre tantas outras em que apenas precisávamos jogar sem pensar em muitas das preocupações que nos assolam hoje.

Antes de ingressar na academia, um lugar que todos ou boa parte das pessoas, eu imagino, vislumbram: estudar em uma universidade pública, se graduar, fazer mestrado, quem sabe até um doutorado, a educação sempre esteve presente na minha vida. Seja mediante ao constante estímulo dos meus protetores pais a dar devida importância aos estudos, mesmo se as coisas não fossem tão simples ou por outro fator primordial para a construção da minha compreensão de educação e sociedade, que é por exemplo, o lugar onde resido, como supracitado, um bairro periférico de Salvador, a Liberdade, onde ao longo da vida pude enxergar a importância que os moradores dão a cada parte desse lugar. É visível o esforço que é feito para conseguir apesar das possíveis limitações, criar um ambiente que possa, por exemplo, garantir o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas ou de lazer, perceber o apego e a importância que a comunidade têm por esse lugar, e a capacidade de se adaptar e

transformar os espaços, mesmo que com certa dificuldade, para poder usufruir dele.

Nesse ínterim, pude constatar o quanto lugares como esse, que faz parte do meu contexto de vida, necessitam de mais atenção, precisam ser mais valorizados, cuidados, olhados pelo poder público e estudados pela comunidade acadêmica a fim de retratar a realidade vivenciada nesses e com isso poder vir a proporcionar melhoria na qualidade de vida de nós moradores.

Diante disso, partindo para o ambiente acadêmico chego a minha graduação em Licenciatura em Educação Física, pela UFBA, ingressando em 2015 e finalizando com a colação de grau em 2019. Nesse ínterim, a construção da minha compreensão de educação, de maneira mais determinante, se deu. Foi na universidade durante a graduação, que pude através das aulas ter acesso a uma diversidade de informações, conhecimentos, experiências, através também da participação em pesquisas, projeto de extensão, monitoria que serviram não só para que eu pudesse experienciar o mundo da pesquisa acadêmica, mas por me permitir através da vivência prática estabelecer uma relação próxima com as pessoas da comunidade, além de me aproximar da área da educação e dos espaços públicos de educação e lazer.

Durante a caminhada pedagógica na graduação tive a oportunidade de estudar os espaços públicos de esporte e lazer em alguns momentos muito significativos. Tais ocasiões em que tive a oportunidade de estudar, propiciaram além da aproximação com os temas educação, esporte e lazer, vivenciar diversas situações ligadas a essas temáticas na prática, o que me impulsionou cada vez mais a realizar investigações no âmbito desses campos de estudo, bem como viabilizaram o contato mais aproximado com uma gama de sujeitos envolvidos nos processos relacionados a estes, como os representantes do serviço público e a comunidade frequentadora de tais espaços.

Ao passo que ingressei como bolsista em 2018 pelo Programa Permanecer, junto a Universidade Federal da Bahia (UFBA), desempenhando a função de monitora no projeto de extensão AFETO - Atividade Física e Treinamento Orientado – foi possível me aproximar de ações e práticas corporais voltadas para a realização de atividades físicas no espaço público de lazer Dique do Tororó.

Foi mediante a essa possibilidade de participação na monitoria com projeto AFETO que pude enxergar a universidade de uma outra forma e se abriram diversas oportunidades, nesse momento me aproximei de pessoas singulares e muito significativas para mim durante a graduação, conheci a professora doutora Emília que permaneceu desde o primeiro momento muito presente na minha vida acadêmica, que me proporcionou grandes momentos de aprendizado e trocas muito construtivas, proporcionou grandes momentos de ensino me

apresentando a diversos autores que ainda não tinha conhecimento, sempre estimulando e incentivando através das nossas reuniões individuais e em grupo, criou o nosso próprio grupo de estudos, mas também me apresentou ao grupo ao qual faço parte hoje, o HCEL.

Ao vivenciar essas oportunidades, estreitei os laços com um grande grande amigo que conheci na graduação, Alison Brito, que também foi monitor do AFETO, mas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Fomos quase moradores do grupo HCEL, chegávamos pela manhã e só saíamos à noite. Desde que frequentamos o grupo HCEL (História da Cultura Corporal, Educação, Esporte, Lazer e Sociedade), esse fez jus a sua descrição, sempre se mostrou um lugar alegre, plural, que nos oferecia o convívio e a troca de experiências com pessoas diversas, com diferentes histórias de vida e me proporcionou um ganho de conhecimento singular.

De modo que essas intervenções oportunizaram vivenciar inúmeros acontecimentos e situações, que contribuíram de maneira singular na minha formação, através dessa participação tanto na construção das aulas, quanto no desenvolvimento das atividades proporcionadas para os caminantes, pude ter uma experiência prática em uma das áreas de atuação do profissional de Educação Física, as políticas públicas de lazer, e assim, estabelecer uma relação mais próxima com a comunidade frequentadora do espaço, considerando a individualidade desses sujeitos, adaptando-me a cada situação ocorrida, buscando a qualificação e os meios para auxiliar da melhor maneira possível cada participante e desse modo despertar nesses indivíduos a satisfação e a vontade de permanecer participantes do projeto.

Adiante, ainda durante o período da graduação encontrava-me novamente dedicada as temáticas de políticas públicas de esporte e lazer, no ano de 2018 a 2019, mediante a participação como bolsista no projeto de pesquisa Políticas Públicas de Esporte e Lazer - Análise da Gestão de Esporte e Lazer em Territórios de Identidade da Bahia - do Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e Lazer (CDPPEL), chancelado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e vinculado à Rede Cedes da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania. Nessa oportunidade fiz parte do processo de análise da gestão de esporte e lazer nos Territórios de Identidade da Bahia 6, 9, 21 e 26, que correspondem respectivamente aos municípios do Baixo Sul, Vale do Jiquiriçá, Recôncavo Baiano e Região Metropolitana.

Nesse sentido, foi possível mapear e compreender como são desenvolvidos os programas, ações e projetos voltados as políticas públicas de esporte e lazer dos municípios que compõem esses territórios, levantar informações por meio dos seus governos eletrônicos,

estabelecer contato com os gestores desses territórios, participar da realização de um curso de formação destinados a esses e sistematizar as informações recolhidas durante a pesquisa.

Assim, além de observar e compreender como são desenvolvidos tais programas também constatou-se possíveis lacunas geradas pela carência de projetos mais inclusivos, que contemplassem as necessidades de indivíduos diversos. Os resultados da pesquisa foram sistematizados e publicados no livro - Territórios de Identidade da Bahia: pesquisa sobre políticas públicas e formação de gestores em esporte e lazer (2020) -, no qual fui coautora do capítulo quatro - Análise da Gestão de Esporte e Lazer nos Territórios de Identidade 6, 9, 21, e 26-.

Posteriormente, durante o processo de escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), busquei aprofundar meu interesse na investigação da temática abordando os espaços públicos de lazer ao escrever a monografia intitulada: Espaços Públicos de Lazer: Análise da percepção do usuário sobre o uso e apropriação da academia ao ar livre do Dique do Tororó.

Neste processo de pesquisa pude identificar as concepções de lazer dos usuários do espaço estudado, e as possibilidades de espaços públicos e áreas de lazer destinadas a proporcionar aos seus usuários o acesso a equipamentos e serviços voltados a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Através dessa pesquisa objetivou-se fomentar a prática de esportes, e incentivar a utilização dos espaços públicos, como as academias ao ar livre, além de compreender como ocorre a apropriação e a percepção dos usuários acerca das atividades desenvolvidas nesse espaço público, compreender também as formas de utilização vivenciadas pelos usuários dos equipamentos ofertados, assim como, as barreiras que prejudicam tal apropriação.

Em seguida, resolvi dar continuidade na graduação dessa vez ingressando no Bacharelado em Educação Física, no ano de 2020, pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), visando me qualificar e complementar os estudos na minha área de formação através realização das disciplinas mais voltadas para a musculação e outras práticas corporais, concluindo o curso voltado para licenciados no ano seguinte, em 2021.

Estas investidas no mundo das pesquisas e projetos de extensão foram impactantes na minha formação humana e acadêmica, e por isso necessárias de destaque. As experiências descritas, além da iniciação no mundo acadêmico, serviram como estímulos para a problematização e a emergência de diversos questionamentos relacionados aos temas sociais do lazer, educação, espaços públicos e políticas públicas, temas sobre os quais dediquei os meus estudos, salientando-se aqui, os contextos sociais nas áreas periféricas, que fazem parte do meu contexto de vida, como a localidade onde resido, o bairro do Curuzú – Liberdade.

Esses questionamentos se fazem presentes ao pensar a importância que ações e voltadas a fomentar a educação pelo lazer para os moradores tem, atrelado a isso a reflexão de como esses indivíduos utilizam e percebem esses espaços de lazer enquanto um direito, usufruem dos programas e ações disponíveis nesses ambientes e como é possível melhorar esta relação e diminuir as possíveis barreiras para a apropriação desses espaços de lazer.

Outro ponto de destaque que é válido ressaltar é que tanto as experiências com a pesquisa a respeito da gestão de lazer nos territórios de identidade da Bahia, quanto o projeto de extensão no Dique do Tororó, apontaram para a necessidade de mais pesquisas que investiguem as relações dos atores sociais com estes espaços de lazer, garantindo para esses o acesso ao fenômeno lazer como um direito social.

Diante disso, manifestou-se em mim o desejo de realizar uma investigação em um bairro periférico de Salvador, e foi a partir desse princípio que foi delimitado como área de investigação o bairro da Liberdade, pois além de ser um local de grande importância afetiva por trata-se da região onde nasci e fui criada, também corresponde a uma localidade muito significativa para cidade de Salvador - BA, tendo como grande destaque a sua importância para a cultura negra.

Diante desta perspectiva, busquei um propósito que me parecia um pouco distante de ser alcançado e mesmo sem acreditar verdadeiramente que seria possível, considerei participar da seleção do mestrado do Programa de Pós Graduação de excelência, passando a ser referência nacional com as melhores qualidades e notas significativas apontadas pela avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do ano de 2017 a 2020.

E para o meu maior contentamento e satisfação, fui aprovada e ingressei no ano letivo de 2021, no Mestrado em Educação, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela Linha de Pesquisa: Educação, cultura corporal e lazer, sendo orientada pela professora doutora Emília Amélia Rodrigues.

Projetei na pós-graduação uma maneira de poder vir a solver lacunas e compreender questionamentos a fim de considerar os espaços de lazer e as influências das vivências possibilitadas por esses espaços na construção do ser social dos moradores da periferia e possibilitar melhorias visando primordialmente o bem-estar e melhor qualidade de vida para as pessoas da sociedade em sua totalidade.

2. INTRODUÇÃO

É a organização das cidades que irá determinar a relação interpessoal dos indivíduos, sua conexão e interação com os espaços (RECHIA, 2003). Nesse sentido, para Gehl (2013), para que seja possível proporcionar uma cidade prática e dinâmica é necessário que as pessoas consigam estabelecer uma ligação e se considerem parte dessa, constituindo assim um vínculo com esses espaços, essa relação pode ser viabilizada a partir da apropriação dos espaços, entre esses os espaços de lazer, e da participação nas atividades disponibilizadas nesses.

Pensando que as cidades estão em constante processo de construção e desenvolvimento, a fim de ser ocupada e através dessa apropriação, dar sentido e significado ao ambiente, essas também se configuram como lugares essenciais para o desenvolvimento de diversos fenômenos, dentre esses o fenômeno lazer.

Dessa maneira, a cidade se caracteriza através da propriedade de reunir elementos que possibilitem as relações, interações sociais, correlações entre os indivíduos e os espaços, e a partir das suas transformações, possa vir a influir nas experiências de lazer, oportunizar melhoria na qualidade de vida e inúmeros benefícios, inclusive educacionais através da educação não formal para as pessoas que residem nas cidades, sendo assim, a quantidade de frequentadores desses espaços de lazer irá aumentar à medida que aumenta o número de vivências benéficas oferecidas por tais espaços (SILVA, 2011).

Os espaços de lazer estabelecidos na cidade, podem compreender os espaços livres como ruas, quadras, parques, praças públicas, praias, entre outros, esses estão sob a responsabilidade do poder público, cabendo às esferas governamentais a sua manutenção, preservação e conservação, proporcionando para a sociedade em sua totalidade um lugar que possua plenas condições de ser ocupado (LEITE, 2011), além de possibilitar o acesso da população a esses espaços cabe aos órgãos dos poderes públicos garantir que todos os cidadãos possam vivenciar nesses espaços os direitos sociais estabelecidos legalmente.

Tais direitos tratam-se de um conjunto de regras estipuladas por meio de estatutos, decretos, constituição, diretrizes desenvolvidas com o intuito de determinar aos indivíduos que compõem a sociedade, normas de aspectos ético e moral nas quais além de orientar o convívio dos atores sociais, são responsáveis por definir a maneira em que os poderes governamentais irão assegurar as necessidades básicas fundamentais que venham garantir condições de vida dignas à população como um todo.

A apropriação desses espaços de lazer apresenta-se como uma maneira de proporcionar esse direito, além de possibilitar a ligação entre os indivíduos, o espaço e a cidade, podem se configurar como um ambiente que favorece realização das práticas

corporais, nesse aspecto Gehl (2013), afirma que, viabilizar um ambiente propício para tais práticas oportuniza tanto benefícios a saúde dos indivíduos, quanto melhorias na qualidade cidadina nos ambientes urbanos e necessidades da sociedade. Tais espaços de lazer também podem possibilitar para seus frequentadores um ambiente formativo, por meio da educação não formal. Conforme Gohn (2006, p. 28):

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc.

Evidenciou-se a partir disso a necessidade de desenvolvimento de uma pesquisa, voltada a investigar como são vivenciados fenômenos como o lazer na comunidade do bairro da Liberdade e de que maneira esse é viabilizado enquanto direito social, em vista disso apresenta-se essa dissertação de mestrado com o intuito de compreender a relação entre os espaços identificados pelos moradores do bairro como espaços de lazer e o acesso ao lazer enquanto direito social, bem como, a possibilidade da educação não formal através da educação pelo lazer nesses espaços.

Diante disso, buscou-se por meio desse estudo compreender os seguintes questionamentos que visaram direcionar a pesquisa: Qual a relação entre os espaços considerados pelos moradores do bairro da Liberdade como espaços de lazer e o acesso ao lazer enquanto direito social? Quais as vivências e influências, viabilizadas através da educação pelo lazer, são possibilitadas por esses por meio da educação não formal?

A pesquisa justifica-se academicamente através da necessidade de investigação do desenvolvimento de programas e espaços destinados a fomentar o lazer nas áreas periféricas de Salvador, mais especificamente no bairro da Liberdade, localidades de maior abundância na cidade, no entanto a realidade das atividades habitualmente desenvolvidas nesses locais seguem sendo pouco evidenciadas em âmbito científico, demonstrando-se de suma importância o desenvolvimento de propostas de estudos que visam abordar assuntos referentes a essa temática, dessa maneira a partir dos possíveis subsídios resultantes dessa pesquisa, além de verificar os aspectos anteriormente mencionados, a mesma visa aproximar o ambiente acadêmico da realidade de comunidades periféricas como essa.

A pesquisa justifica-se também por buscar compreender a relação dos indivíduo com esses espaços de lazer e o impacto social que esses ambientes podem vir a ocasionar a

realidade dos mesmos, possibilitando a utilização dos resultados dessa pesquisa também como indicadores para o desenvolvimento de ações com o intuito de viabilizar possíveis melhorias dos espaços, equipamentos e programas existentes a fim de incentivar a apropriação desse ambiente por parte de novos indivíduos da comunidade.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre os espaços identificados pelos moradores do bairro da Liberdade como espaços de lazer e o acesso ao lazer enquanto direito social, bem como, a possibilidade da educação não formal através da educação pelo lazer nesses espaços.

Para que isso fosse possível, foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender o significado dos espaços de lazer para os moradores do bairro da Liberdade e se esses espaços garantem o acesso ao lazer enquanto direito social; descrever como ocorre a apropriação desses espaços e como as atividades são desenvolvidas e praticadas; analisar a relação da comunidade frequentadora com as vivências nesses espaços e como essas podem vir a influenciar através da educação pelo lazer.

A pesquisa foi desenvolvida ao considerar a seguinte hipótese: Os espaços públicos nas cidades garantem o acesso ao lazer como direito social e a partir das vivências de lazer é possível proporcionar um contexto de educação através da educação não formal, onde ocorre a troca de valores, cultura e conhecimento, por meio das relações interpessoais e da socialização.

Para alcançar os objetivos propostos, foi desenvolvida essa dissertação de mestrado, estruturada em formato de capítulos, desse modo foram elaborados três capítulos. O primeiro capítulo, que trata-se de uma apresentação do Perfil Socioedemográfico dos Atores Sociais da Pesquisa, os Moradores do Bairro da Liberdade, está descrito através de um levantamento realizado por meio das respostas de cunho pessoal fornecidas pelos moradores do bairro que participaram do estudo respondendo ao questionário online.

O segundo capítulo visa pontuar e discutir as concepções e relações realizadas pelos principais autores de lazer, bem como analisar o lazer enquanto um direito social, aborda a discussão dos espaços da cidade, discorre sobre o direito a cidade e aos espaços de lazer e a educação pelo lazer.

Partindo para o terceiro capítulo, esse consiste em apresentar a definição de periferia e destacar como ocorrem as vivências de lazer na periferia, considerando a percepção dos moradores do bairro da Liberdade e suas experiências cotidianas de lazer nesses lugares.

Como conclusão da pesquisa, são apresentadas as considerações finais, que procura expor a relevância desta pesquisa para contribuir com possíveis intervenções acerca de

políticas públicas de lazer na periferia, a fim de possibilitar a melhoria da relação dos moradores com os espaços de lazer do bairro e fomentar a apropriação desses lugares por meio de novos usuários.

É válido ressaltar que esse tratou-se de um estudo de pesquisa financiado mediante a utilização da bolsa de mestrado, concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), por meio do apoio e incentivo à pesquisa científica, estabelecido mediante a concessão e pagamento de bolsa através do processo de nº084.0508.2021.0001252-87. Tal medida de fomento a pesquisas científicas, apresenta-se como um instrumento de fundamental importância para possibilitar e auxiliar o desenvolvimento de estudos e pesquisas de natureza científica, realizadas por pessoas físicas na condição de estudantes e pesquisadores, propiciando o estímulo a educação e o desenvolvimento científico que posteriormente poderá gerar inúmeros benefícios à comunidade de modo geral.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória, por propiciar uma relação mais próxima acerca do objeto de estudo, apresentando caráter qualitativo dos dados coletados, uma vez que a mesma visa analisar fenômenos que não podem ser quantificados, como valores, significância e motivos buscando investigar aspectos voltados para as relações sociais (MINAYO et al., 2002). Na pesquisa educacional, esse tipo de investigação desenvolve-se através da aproximação do pesquisador com o objeto de estudo, se atenta a observar as reações espontâneas dos indivíduos e procura-se apresentar aspectos como a realidade vivenciada nos ambientes e a interpretação da utilização desses espaços sob a ótica dos seus participantes (LÜDKE; ANDRÉ, 2018).

Propôs-se também, para a realização desse estudo a utilização de revisão bibliográfica, que contemple os estudos publicados até o dado momento acerca da temática abordada nessa pesquisa, por mostrar-se como uma possibilidade de reunir informações fundamentadas capazes de prover elementos indispensáveis ao estudo.

Para proceder com esse estudo, foi realizada uma pesquisa de campo, visto que a mesma foi desenvolvida no ambiente a ser estudado, entende-se que por meio desse tipo de pesquisa são empregadas “muito mais técnicas de observação” a fim de se investigar a organização social de “determinada comunidade” (GIL, 2008).

Configurando-se como local de estudo da presente pesquisa, a região periférica de Salvador-BA, mais precisamente o bairro da Liberdade, por apresentar-se como um bairro de elevada representatividade da cidade, que possui consideráveis espaços destinados a implementação de atividades voltadas ao incentivo da educação e do lazer para os moradores da comunidade. A pesquisa foi desenvolvida com os moradores do bairro da Liberdade, seguindo os critérios de inclusão estabelecidos posteriormente descritos.

Para possibilitar a participação dos moradores, os critérios de inclusão utilizados foram os seguintes: pessoas que sejam moradoras do bairro ou frequentadoras dos seus espaços de lazer, de ambos os gêneros¹, que desejassem participar da pesquisa, maiores de 18 anos que atestassem a aceitação da participação na pesquisa mediante assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, conforme o Anexo I. Foram utilizados como critérios de exclusão: pessoas que não são moradoras nem frequentadoras do bairro, participantes que não sinalizaram ou confirmaram a aceitação da participação na pesquisa na área específica destinada ao termo de consentimento livre e esclarecido, bem como foram excluídos os

¹ Optou-se pela escolha do termo “gênero”, para determinar as diferenças biológicas sendo conectado ao conceito de masculino, feminino ou como cada indivíduo participante da pesquisa se identifica.

questionários que não foram completamente respondidos.

Foi empregue como critério para aproximação dos participantes o método de amostragem do tipo não probabilística, por conveniência, que conforme Gil (2008), trata-se de um tipo de amostragem que estabelece um rigor menor quando comparado aos outros tipos o que permite uma flexibilidade maior ao pesquisador. A amostragem para o questionário se caracterizou, por ser realizada por um público alcançável por meio da técnica de amostragem bola de neve (SnowBall), onde os participantes da amostragem fizeram a indicação de outros que desejassem participar e assim a amostragem prosseguir conforme o necessário para que fosse alcançado o objetivo estabelecido para a realização da pesquisa.

Para possibilitar o alcance e a seleção dos participantes da pesquisa foram utilizados meios eletrônicos mais comuns na atualidade, que reúnem pessoas e grupos de maneira organizada, plataformas que de alguma maneira conectam os moradores do bairro da Liberdade e usuários dos diferentes espaços de lazer presentes na localidade. Através dessa aproximação por meio das mídias sociais, é que foram encaminhados tanto uma breve apresentação da pesquisa, quanto o questionário a ser respondido pelos participantes, e como no tópico acima descrito, mediante a utilização da técnica de amostragem SnowBall (bola de neve), no qual esperou-se que cada participante prosseguisse encaminhando o questionário a outros, para que desse modo esse viesse alcançar cada vez mais participantes. Cada participante foi selecionado a partir dos critérios de inclusão apresentados anteriormente.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados um questionário com roteiro estruturado, apresentado mais adiante no apêndice A. O questionário aplicado aos moradores com o intuito de levantar dados a respeito da sua compreensão acerca dos espaços de lazer e participação dessas pessoas nos projetos e ações desenvolvidos nesses espaços, com a finalidade de compreender o significado e a importância desses ambientes para os moradores e como esses atuam enquanto agentes formativos através da educação pelo lazer para esses participantes.

O questionário online via Google Forms foi selecionado como instrumento de coleta de dados, por ser uma ferramenta que possui baixo custo, mostrar-se uma ferramenta acessível, que possibilita a criação personalizada e envio do questionário de maneira mais facilitada. Tal instrumento foi constituído por um questionário para os moradores do bairro que possivelmente viessem a frequentar tais espaços, reuniu questões de ordens diversas, acerca de dados pessoais desses indivíduos, tal qual questões a respeito da compreensão acerca da apropriação e utilização dos espaços e dos direitos sociais de todos os cidadãos estabelecidos por meio da legislação.

Foi feita a opção por esse tipo de instrumento, sobretudo por possibilitar o alcance das pessoas mesmo em um período pandêmico como qual seguimos vivenciando, cada questionário pôde ser acessado virtualmente pelas pessoas interessadas em participar da pesquisa, esteve composto de questões objetivas e subjetivas e permitiu que cada uma dessas pessoas que participaram desistisse da participação o fizesse a qualquer momento, bem como foram anulados os questionários cujas questões identificadas como obrigatórias não foram respondidas. Ficando então o questionário disponível para receber respostas durante um período de 1 (um) mês, o mesmo esteve disponibilizado no mês de agosto de 2022, recebemos 18 (dezoito) respostas válidas a serem analisadas.

Cada questionário seguiu para os participantes com uma breve apresentação da pesquisa esses estiveram compostos por questões de cunho pessoal, como nome, idade, entre outras, tais quais, questões acerca do desenvolvimento de programas, projetos e ações, as participações e suas possíveis influências. O questionário reuniu questões tanto objetivas, quanto subjetivas e todas as informações recolhidas nesses foram armazenadas em um dispositivo que proporciona a garantia e segurança dos dados, de acesso único e exclusivo da pesquisadora responsável.

Adequadamente apta e preparada para exercer plenamente as atividades propostas, sendo única responsável por instrumentalizar todos os processos de desenvolvimento da pesquisa, desde coleta de dados, acesso exclusivo aos questionários, administração dos bancos de dados até a análise dos dados coletados.

Comprometendo-se com a segurança dos dados dos participantes da pesquisa, bem como do material analisado e a confidencialidade de todas as informações obtidas através desse estudo, sendo essas mantidas em sigilo e utilizadas unicamente para fins de desenvolvimento dessa pesquisa, de acesso exclusivo da pesquisadora, arquivados por um período de cinco anos.

Após a realização do levantamento dos dados efetuados através da investigação proposta, os questionários foram verificados analisados. Para este propósito para os questionários com os moradores, estabeleceu-se uma ordem, onde os mesmos foram segmentados e considerados a partir de categorias, realizou-se a organização, sistematização e transcrição desse material, que posteriormente seguiram a fim de ser analisados conforme análise de conteúdo de Bardin (1977) fazendo utilização da técnica de análise categorial, foram desenvolvidos instrumentos como gráficos através do aplicativo Microsoft Power BI e tabela por meio do programa Excel.

Objetivou-se através da presente pesquisa, adotar medidas que visaram zelar pelas

regulamentações estabelecidas na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/MS, que considera as condições a serem empregadas para a realização de pesquisas científicas que envolvem seres humanos, como o devido respeito à dignidade humana dos participantes da pesquisa, bem como os aspectos éticos e científicos, buscando garantir através dos procedimentos adotados para o desenvolvimento das pesquisas, os direitos e deveres que competem tanto a comunidade científica, quanto aos participantes e ao Estado.

Todos os direitos previstos aos participantes de pesquisas com seres humanos foram garantidos, dessa maneira a pesquisa foi submetida para a apreciação pela Plataforma Brasil ao Sistema formado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA), recebendo a aprovação de número 5.522.018 por atender aos protocolos éticos do Conselho Nacional de Pesquisa.

**4. CAPÍTULO I:
O BAIRRO DA LIBERDADE E O PERFIL
SOCIODEMOGRÁFICO DOS SEUS ATORES SOCIAIS**

Conhecido por ser uma das regiões mais populosas, configurando-se como uma área de considerável representatividade, pois sua população é constituída predominantemente por pessoas negras da cidade de Salvador, o bairro da Liberdade, ficou conhecido por ser inicialmente uma estrada de terra por onde passavam carros de bois trazidos para a capital da zona rural para serem aqui comercializados, sendo então denominada "Estrada das Boiadas", posteriormente em 2 de julho de 1823, tornou-se a região por onde os brasileiros que batalharam pela Independência do Brasil na Bahia desfilaram vencedores, sendo então denominada "Estrada da Liberdade".

Compreendendo inúmeras localidades, como: Curuzú, Bairro Guarani, Pero Vaz, Feira do Japão, Lima e Silva, Sieiro, Lapinha, Soledade, entre outros, além de interligar Cidade Alta e Cidade Baixa de Salvador através do Plano Inclinado que conecta o bairro da Liberdade ao bairro da Calçada.

O bairro da Liberdade corresponde a um território muito rico culturalmente, uma amostra dessa riqueza cultural que pode ser acessada nas localidades do bairro é o estabelecimento de instituições e espaços, como a Senzala do Barro Preto que tem valor essencial para a comunidade, atual sede onde encontra-se o primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê estabelecido em 1º de novembro de 1974, fundado pelo então presidente Antônio Carlos dos Santos, mais conhecido como Vovô do Ilê, onde além de desenvolverem-se diversas atividades socioculturais tendo como finalidade proporcionar a valorização e difundir a cultura afro-brasileira, propicia atividades de fomento ao lazer e a educação, bem como o Centro Social Urbano (CSU), que oferece atividades de lazer, práticas esportivas, sociais e culturais voltadas para os moradores do bairro.

Como sinalizado anteriormente, para dar prosseguimento na investigação aqui proposta, foi disponibilizado preliminarmente o questionário via *Google Forms* direcionado aos moradores do bairro frequentadores dos seus respectivos espaços, esse contendo questões de cunho pessoal, sem que fosse solicitado ao participante o número de nenhum documento pessoal, voltadas exclusivamente a estabelecer o perfil dos atores sociais da pesquisa, bem como perguntas acerca da compreensão de lazer dessas pessoas e percepção dos mesmos acerca da identificação e apropriação dos espaços.

Por meio de tais questionários disponibilizados durante todo o mês de agosto do ano de 2022, foram obtidas um total de 20 (vinte) respostas, cada questionário foi criteriosamente averiguados, no entanto de acordo com os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram excluídos 2 (dois) questionários por não se adequarem a tais parâmetros, totalizando em definitivo 18 (dezoito) respostas válidas a serem analisadas.

Em seguida, os questionários foram segmentados em categorias para tratar as informações obtidas acerca dos moradores do bairro participantes na pesquisa, essas foram as seguintes: Informações Pessoais; Significado de Espaços de Lazer; Direito ao Lazer Através dos Espaços; e Apropriação dos Espaços de Lazer.

Considerando essas respostas válidas foi possível destacar o perfil sociodemográfico dos atores sociais participantes da pesquisa, para tanto, foram observados dentro da categoria Informações Pessoais as subdivisões de informações estabelecidas correspondentes a idade, ao gênero com o qual o participante se identifica, escolaridade, renda familiar, quantidade de moradores de cada residência e quantidade de crianças, como observado na tabela (Tabela 1) a seguir. E mediante a essas subcategorias foi traçado esse perfil.

Tabela 1: Perfil Sociodemográfico dos Moradores que frequentam os espaços de lazer do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.

Categorias	Variável	Volume	%
Idade	<=20	2	11,11
	21-35	6	33,33
	36-50	6	33,33
	>=51	4	22,22
Gênero	Feminino	4	22,22
	Masculino	14	77,78
Escolaridade	Ensino Médio Incompleto	2	11,11
	Ensino Médio Completo	9	50
	Ensino Superior Incompleto	3	16,67
	Ensino Superior Completo	4	22,22
Renda Familiar	Menos de um salário mínimo por pessoa	5	27,78
	Até um salário mínimo por pessoa	4	22,22
	Até dois salários mínimos por pessoa	6	33,33
	Três salários mínimos ou mais por pessoa	3	16,67

Quantidade de Moradores na Residência	<=1	1	5,56
	2-4	13	72,22
	>=5	4	22,22
Tem Crianças	Sim	13	72,22
	Não	5	27,78

Fonte: Elaboração da Autora

Conforme observado na Tabela 1, no que diz respeito aos participantes da pesquisa a idade dos mesmo variaram desde os dezenove (19) aos cinquenta e nove (59) anos, esses trataram-se predominantemente de pessoas do gênero masculino, ao todo 77, 78 (%) dos participantes, sendo quatorze (14) indivíduos que se reconhecem como do gênero masculino e quatro (4) respostas, o equivalente a 22,22 (%) de pessoas do gênero feminino que responderam aos questionários validados.

No que se refere ao grau de Escolaridade dos participantes, notou-se que 11,11 (%) dos entrevistados não chegaram a concluir o ensino médio, enquanto 50 (%) possuem ensino médio completo, 16,67 (%) alcançaram o ensino superior e 22,22 (%) foram concluintes do nível superior.

Quanto a renda familiar foi possível perceber uma grande variedade no que concerne as profissões e conseqüentemente a renda familiar dos participantes na pesquisa evidenciando que a grande maioria deles não recebem acima de dois salários mínimos por pessoas o que totaliza 83,33 (%) desses indivíduos, sendo que desses 27,78 (%) afirmaram receber menos de um salário mínimo por pessoa, 22,22 (%) recebem uma renda familiar até um salário mínimo por pessoas e 33,33 (%) possuem uma renda de até dois salários mínimos por pessoa, enquanto apenas três (3) pessoas, 16,67(%) indicaram receber renda equivalente a três salários mínimos ou mais por pessoa.

Com relação a quantidade de moradores na residência apenas um (1) dos participantes mora sozinho em sua residência, treze (13) pessoas afirmaram que residem um total de 2 a 4 pessoas em seu domicílio e quatro (4) participantes indicaram conviver cinco (5) ou mais pessoas em sua residência.

Em sua maioria tem crianças em seu convívio familiar, dos dezoito (18) entrevistados no questionário, treze (13) pessoas indicaram a presença de crianças na sua residência

totalizando 72,22 (%) desses participantes, enquanto 27,78 (%) não possuem essa convivência diária.

A partir das respostas acerca dos espaços frequentados pelos moradores do bairro, através da investigação aqui proposta, buscou-se analisar as atividades disponíveis nos espaços do bairro da Liberdade, como ocorre o uso desses espaços e fomentada a apropriação dos mesmos por parte dos moradores, através do desenvolvimento de ações diversas.

Para este propósito foram realizadas visitas aos espaços mencionados e conversas com seus respectivos responsáveis. Diante disso, foram selecionados os responsáveis pelos 3 (três) espaços mais mencionados nos questionários: as Praças e Quadras Públicas disponibilizadas no bairro, o Centro Social Urbano da Liberdade (CSU) e a Quadra do Colégio Estadual Duque de Caxias, e acrescentou-se a esses mais um espaço devido a sua importância e representatividade, não só para o bairro, mas para a cidade de Salvador, a Sede do Bloco Ilê Ayê, que compartilha da característica de promover atividades voltadas as ações sociais, totalizando então 4 (quatro) espaços e seus respectivos responsáveis.

Desse modo, o levantamento de tais informações referentes ao perfil sociodemográfico dos moradores do bairro da Liberdade e seus respectivos espaços possibilitou o desenvolvimento dos posteriores capítulos e suas discussões, considerando essencialmente o fomento da educação pelo lazer, bem como as concepções, vivências, relações e percepções do lazer na periferia, seus espaços no cotidiano dos atores sociais do bairro e os direitos dos mesmos.

5. CAPÍTULO II:

LAZER: Principais Concepções E Possibilidades De Um Direito Social Fundamental No Cotidiano Dos Seus Atores Sociais

Sabe-se que os direitos dos cidadãos da sociedade tratam-se de um conjunto de normas, regimentos, regulamentos, diretrizes, estatutos e leis, estabelecidas por uma autoridade governamental, a fim de assegurar as necessidades básicas e salvaguardar a dignidade dos seres humanos, entre esses direitos reservados para os atores sociais está o lazer.

O fenômeno lazer, derivado etimologicamente do latim a partir da palavra “*licere*”, ou seja, “*ser lícito*”, “*ser permitido*”, vem sendo considerado ao longo do tempo como sinônimo de palavras como relaxamento, ócio, descanso, e a esse atribuído diversos significados conforme a concepção de cada um dos seus principais autores. Para que esse direito seja plenamente vivenciado pelos indivíduos da sociedade é necessário construir nas cidades ambientes acessíveis, destinados de modo direto as práticas de lazer.

Como exemplo desses ambientes citadinos podemos destacar os espaços públicos de lazer dispostos na cidade, como praias, parques, praças, entre outros. Esses adquirem significado quando são capazes de possibilitar a interação e sociabilização entre os sujeitos e dessa maneira modificar tanto as relações interpessoais, quanto a relação dos indivíduos com esses lugares, conforme Rechia (2003, p. 134):

As experiências no âmbito do lazer em parques públicos facilitam a potencialização de um certo tipo de participação comunitária, porque contemplam territórios da vida urbana, em que grupos/indivíduos co-dividem, num mesmo espaço, maneiras extremamente diversas de apropriação desses lugares, muitos deles de forma mais isolada, outros em grupos, outros ainda interagindo em redes mais ou menos informais. De qualquer maneira, sempre dimensionando novos sistemas de valores, de imagens, de códigos, de formas de pensar e exprimir-se diferencialmente nos espaços públicos das cidades. Suscita-se, assim, uma relação entre espaço/cidade/cidadão de maneira singular.

Tal interação entre os sujeitos proporcionada nesses espaços públicos de lazer possibilita inúmeros valores e benefícios, segundo Silva (2011) os espaços de lazer podem proporcionar o bem-estar, benefícios à saúde, qualidade de vida e convivência entre os habitantes da cidade através das relações individuais e coletivas que se desenvolvem neles, de modo que quanto maior o número de experiências positivas vivenciadas nesses espaços maior será o número de frequentadores, dessa forma a acessibilidade e a disponibilidade dos espaços de lazer podem ser fatores de produção de novas relações sociais.

Diante dessa perspectiva, os ambientes urbanos ganham significância quando são desenvolvidos com o intuito de possibilitar a pluralidade e a apropriação por parte de todos os

indivíduos (JACOBS, 2001, p.114), bem como os equipamentos dispostos nesses lugares são elementos indispensáveis para conferir significância aos espaços, esses são constituídos com a finalidade de impulsionar a apropriação dos espaços por parte dos indivíduos e possibilitar nesses o desenvolvimento físico e psicológico (SANTINI, 1993).

Em vista disso, tanto a viabilização e manutenção dos equipamentos disponíveis na cidade, quanto a facilitação da aproximação dos ambientes por garantir seu acesso, a fim de incentivar sua apropriação por todas as pessoas sem que haja a necessidade do estabelecimento de uma relação de consumo para tal, são elementos fundamentais para assegurar os direitos básicos fundamentais para a dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, apresenta-se o presente artigo com finalidade de discutir como esse direito social se afigura na legislação brasileira, bem como de que maneira esse vem sendo conceituado por seus principais autores historicamente e experienciado na sociedade nos dias atuais.

Lazer enquanto Direito Social

A partir de uma assembleia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como reconhecimento internacional da necessidade do desenvolvimento de direitos básicos para todos os seres humanos, foi instituída, no dia 10 de dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que prevê no seu artigo 24, que: “todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas”. Declaração reconhecida mundialmente como uma manifestação essencial para a designação das necessidades básicas para a manutenção da vida digna para todos os seres humanos.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), trouxe o lazer como direito e garantia fundamental expressamente no seu artigo 6º, disposto no Capítulo II que rege como direitos sociais: “a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”.

Ainda na CRFB/88, o art. 7 estabelece o lazer como uma das necessidades para a busca de circunstâncias satisfatórias para trabalhadores urbanos e rurais, quando delimita o lazer como uma necessidade básica no qual a remuneração trabalhista desses indivíduos deve ser capaz de garantir:

o salário mínimo, fixado em lei, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem

o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

No título VIII da Ordem Social, Capítulo III Da Educação, Da Cultura E Do Desporto, na seção III Do Desporto, o art. 217 refere-se ao incentivo de atividades desportivas formais e não formais por parte do Estado para os indivíduos da sociedade, onde no § 3º institui que: “O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social”. Seguido do Capítulo VII Da Família, Da Criança, Do Adolescente, Do Jovem E Do Idoso, onde no artigo 227, determina que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança, ao adolescente ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além da previsão legal do lazer na CRFB/88, há também previsão do direito a esse fenômeno nos seguintes Estatutos:

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;
- Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001;
- Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003;
- Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010;
- Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013;
- Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

Para um melhor entendimento vejamos como o lazer enquanto direito é abordado nesses Estatutos: no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que discorre sobre os direitos fundamentais da criança (até 12 anos de idade) e do adolescente (até os 18 anos), apresenta o lazer como um dever tanto da família quanto do poder público como um dos direitos à vida que devem ser priorizados, mas apesar de surgir em alguns dos Títulos e Capítulos seguintes esse é apenas reafirmado repetidas vezes como um direito no qual a realização da sua atividade deve ser estimulada e facilitada (Capítulo IV art. 59; Título III Capítulo I art. 71, Capítulo II Seção I; Parte Especial - Título I Capítulo II Seção I art.94 - XI, Título III Capítulo IV Seção VII, art. 124 - XII);

Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nesse é estabelecido a utilização dos ambientes citadinos para um bem comum a toda sociedade, primando pelo bem-estar coletivo quanto ao uso e segurança da cidade, nesse o lazer surge em dois pontos:

descrevendo que as políticas devem ser desenvolvidas a fim de permitir aos cidadãos o direito a cidade e aos serviços públicos e lazer no Capítulo I Diretrizes Gerais, art. 2: I; e Capítulo II Dos Instrumentos Da Política Urbana Seção VIII Do direito de preempção, art. 26: VI – “criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes”;

Estatuto do Idoso, Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, assegura os direitos das pessoas com idade igual ou acima dos 60 anos de idade, o lazer é mencionado nesse Estatuto também como uma obrigação dos poderes públicos, da família e da sociedade assim como os outros direitos fundamentais, bem como o desconto na participação de eventos e atividades de lazer de pelo menos cinquenta por cento do valor integral cobrado, cabendo as entidades governamentais promover atividades de lazer: Título I Das Disposições Preliminares art. 3; Título II Dos Direitos Fundamentais Capítulo V Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, art. 20 e art.23; e Título IV Da Política de Atendimento ao Idoso Capítulo II Das Entidades de Atendimento ao Idoso, art.50: IX;

O Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, está voltado a assegurar os direitos das pessoas negras a favor de contestar e eliminar as inúmeras formas de intolerância etnicamente ligadas ao povo negro, traz no Capítulo II Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer seções ligadas ao estabelecimento de atividades direcionadas a ação, promoção, incentivo e apoio a atividades de direito e interesse da população negra da sociedade brasileira, para fim de exemplificar a Seção I Das Disposições Gerais apresenta como dever dos poderes governamentais: art.10 parágrafo I – “promoção de ações para viabilizar e ampliar o acesso da população negra ao ensino gratuito e às atividades esportivas e de lazer;”. Na Seção IV Do Esporte e Lazer, são apresentados dois artigos a fim de reafirmar as pessoas negras o acesso pleno ao esporte e lazer, no seu art.21 e reconhecer a capoeira em suas mais diversas manifestações como uma criação nacional que pode ser praticada e ensinada em todo o território nacional, no seu art.22 §1 e §2;

No Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, que compreende como jovens as pessoas que possuem idade dos 15 aos 29 anos, no seu Título I Capítulo II Dos Direitos Dos Jovens Seção VI Do Direito a Cultura art.23 – garantindo aos jovens comprovadamente de baixa renda ou estudantes a participação em eventos de lazer com o pagamento da metade do valor cobrado do público em geral pelo acesso aos estabelecimentos ou eventos; Seção VIII Do Direito ao Desporto e ao Lazer art. 29 destacando como essas as políticas públicas devem ser designadas aos jovens: I- trata da participação dos jovens nos estudos de estatística acerca dos equipamentos de lazer do Brasil, IV- “a oferta de equipamentos comunitários que permitam a prática desportiva, cultural e de lazer”;

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, determina a inclusão da pessoa com deficiência e a seguridade dos seus direitos primando pela igualdade desses cidadãos, quanto ao lazer é apresentado inicialmente no Título I, Capítulo II art.8 como um dever do Estado, da sociedade e da família garantir a essas pessoas o acesso aos seus direitos instituídos legalmente de forma igualitária, dentre eles o lazer. E vêm trazendo essa mesma observação acerca desse direito em todas as menções ao lazer ao longo do seu texto, no: Título II Capítulo II, art. 17: Parágrafo Único; e Capítulo IX Do Direito à Cultura, Ao Esporte, Ao Turismo e Ao Lazer, art. 43: III.

Mas sobre qual lazer a legislação menciona?

Apesar de apresentar-se na legislação, considerando essencial o lazer para a vida das pessoas por citar esse fenômeno como um direito social e dessa maneira reconhecerem o caráter fundamental do lazer na construção da dignidade da pessoa humana, a Constituição da República Federativa do Brasil assim como os Estatutos, não determinam sob quais condições esse lazer está estabelecido ou sequer dispõe um parágrafo para delimitar detalhadamente as disposições de tal direito.

Como um direito fundamental para a vida dos indivíduos que compõem a sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento tanto individual quanto coletivamente o lazer não recebe o devido tratamento e atenção por parte da legislação que a sua relevância requer, surgindo pontualmente atrelado a outros direitos sociais ou quando surge brevemente estabelecido na Constituição Federal de 1988 e também de maneira sucinta nos Estatutos, o fato desse fenômeno ser apenas mencionado de forma simplista e pontual estando sempre vinculado a um outro direito como o trabalho e a cultura ou determinando que sejam garantidas a realização das suas atividades, sem que seja estabelecida uma definição clara sobre quais atividades se trata ou até das condições em que deve ser instituído, o que configura-se como um obstáculo para possibilitar e garantir a manutenção desse direito com a devida importância para a vida de todas as pessoas.

Qual a definição de direito social? Quanto ao significado do direito social, 60 % (sessenta por cento) dos moradores do bairro da Liberdade declararam ter conhecimento, enquanto 40% (quarenta por cento) dizem não saber o que é um direito social.

Conforme mencionado por Coutinho (1999, p.45), Marshall (1967), foi crucial para a determinação da concepção dos direitos, de acordo com tal autor existem três principais graduações dos direitos que se consolidaram ao longo da história seguindo uma ordem cronológica, tendo como ponto de partida a história europeia, iniciando com os direitos civis, seguido dos direitos políticos e posteriormente os direitos sociais. Conforme Flausino e

Mascarenhas (2012), no Brasil os direitos foram desenvolvidos seguindo a cronografia inversa, sendo o direito social o primeiro deles a ser estabelecido de maneira efetiva. Esses, ainda de acordo com a definição de Marshall (1967), abordado por Coutinho (1999), tratam-se dos direitos “que permitem ao cidadão uma participação mínima na riqueza material e espiritual criada pela coletividade.”

Ao serem questionados como definiriam direito social alguns moradores do bairro da Liberdade² responderam da seguinte maneira: Morador 3: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância a assistência aos desamparados”; Morador 4: “Trabalho social ao esporte”; Morador 5: “Direito a saúde, lazer e segurança ao indivíduo”; Morador 6: “Igualdade para todos”; Morador 9: “Assim como deveres o cidadão tem direito a educação, saúde e lazer garantidos na constituição”; Morador 10: “É tudo que nos tiram e é omitido do nosso direito só aparecem o que realmente temos direito quando acontece alguma enfermidade, tragédia ou politicagem”; Morador 11: “Um direito que toda população tem”; Morador 13: “Os direitos do ser humano e da sociedade”. Dessa forma, é possível constatar que boa parte dos cidadãos têm conhecimento dos seus direitos de maneira geral, mas não de forma específica ou aprofundada.

Pensando o lazer como um fenômeno fundamental a sociedade capaz de resguardar melhores condições a vida humana, Flausino e Mascarenhas (2012, p. 3), consideraram “como um bem público, democrático e de acesso universal” cabendo ao Estado assegurá-lo de forma efetiva mediante a elaboração e estabelecimento de políticas públicas capazes de proporcionar a toda a sociedade o acesso igualitário a esse direito.

Em contrapartida, uma grande parcela dos participantes residentes do bairro da Liberdade declarou não saber definir o direito social e não estarem certos do seu significado, conforme os participantes: Morador 1: “Seria o direito uso?”; Morador 18: “Não sei”; Morador 7: “Sei lá”; Morador 8: “Não sei o que é”; Morador 14: “Não entendi”; Morador 17: “Não sei definir”. Demonstrando que muitos dos indivíduos que compõem a sociedade não tenham conhecimento acerca dos seus direitos, o que pode vir a interferir que a sociedade possa solicitar aos órgãos competentes que garantam aos indivíduos o acesso pleno.

Em seu estudo Lacerda e Lara (2019), destacaram a necessidade de entendimento do

² Salienta-se que as falas dos moradores descritas ao longo desse estudo foram transcritas integralmente, de acordo com o que cada um desses declarou. Algumas palavras foram reescritas por serem amplamente utilizadas no português falado, como: pra, escreveu-se para. Com o intuito de adequar-se ortograficamente ao modo de escrita acadêmica, mas priorizou-se o sentido fidedigno de cada relato, sem que houvesse alteração de interpretação ou da resposta dada pelo morador participante da pesquisa.

lazer enquanto um direito social fundamental para que esse fenômeno possa ser reconhecido e garantido efetivamente, para isso é preciso verificar se a lei estabelecida vem sendo aplicada para a sociedade de modo geral, no entanto a falta de concordância a respeito da aplicação de tal direito mostra-se como um fator decisivo para a ineficácia do mesmo, desse modo esse não pode apenas ser reconhecido juridicamente, mas deve ser exercido em sua totalidade.

A respeito da compreensão do lazer enquanto um direito social 75 % (setenta e cinco por cento) dos moradores do bairro da Liberdade que participaram da pesquisa informaram já ouvir falar alguma vez que o lazer trata-se de um direito, enquanto 25% (vinte e cinco por cento) desconhecem, no entanto os indivíduos divergiram acerca quem deveria ser a competência de garantir o lazer a sociedade chegando a citar que essa obrigação compete até mesmo a quem esse direito é assegurado, ao próprio cidadão ou a comunidade, como é possível observar nas respostas a seguir:

Morador 1: “Prefeitura”; Morador 2: “Governantes”; Morador 3: “É um dever do Estado”; Morador 5: “Governante do estado e cidade”; Morador 6: “Próprio”; Morador 7: “do governo e da prefeitura do estado”; Morador 8: “É obrigação do governo pois todos os impostos arrecadados aos cidadãos devem ser aplicados também para o lazer”; Morador 9: “de quem está no poder e da comunidade”; Morador 12: “dos órgãos públicos pois eles precisam disponibilizar espaços seguros para nós”; Morador 15: “Estado”; Morador 16: “Como é um direito também constitucional deveria ser garantido como um bem ao cidadão de forma acessível e gratuita, mas se tratando do capitalismo o direito ao lazer é comercializado assim como outros benefícios”.

A incerteza dos moradores do bairro da Liberdade acerca da compreensão do direito social, bem como a quem compete a garantia do lazer enquanto direito é possivelmente o reflexo da falta de orientação de tal fenômeno e o direcionamento que vem sendo dado a esse até mesmo na legislação, o lazer vem sendo preterido enquanto direito estando sempre correlacionado a outro direito fundamental quando reportado. De acordo com Athayde (2013), a pouca relevância com a qual o lazer vem sendo retratado, ocorre por inúmeros motivos, no entanto isso acontece essencialmente pela propensão dos setores governamentais a outros direitos que possam projetar mais verbas orçamentárias e maior visibilidade eleitoral.

Entre diversas percepções de compreensão a respeito do lazer, vimos que a partir da percepção do lazer enquanto uma necessidade humana e dimensão da cultura é possível constituir “uma prática social complexa que abarca uma multiplicidade de vivências culturais”, que necessita de tempo, espaço, atitude, entre outros aspectos, para ser vivenciado

em sua plenitude por todas as pessoas da sociedade e “precisa ser tratado como um fenômeno social, político, cultural e historicamente situado” (GOMES, 2014, p.12, 15).

A compreensão de tal direito e das demais regulamentações da legislação que proporcionam benefícios e responsabilidades para a sociedade e para os agentes públicos e suas entidades, pode ser realizada através da conscientização e educação. A educação pode ser promovida e vivenciada em ambientes diversos por considerar o ensino e aprendizagem por meio da educação não formal.

Segundo Ghanem, e Trilla (2008), na educação não formal os processos educacionais são exercidos em lugares diversos, e o que define esse tipo de educação, além do espaço em que é vivenciado, são: o procedimento metodológico e o processo didático adotado, o que caracteriza a educação não formal é a sua ocorrência visando critérios metodológicos e estruturais de maneira oposta ao que é convencionalmente utilizado no ambiente escolar.

Segundo os autores a primeira menção do termo educação não formal ocorreu na década de 1960 e esse passou a ser amplamente utilizado. Essa, pode ser fragmentada em quatro campos diversos: “o do trabalho, o do lazer e cultura, o da educação social e o da própria escola”, dentre esses, os campos mais consolidados, de maior ênfase na área da educação nos estudos analisados são no âmbito da educação voltada a cultura e a educação considerando os aspectos sociais (GHANEM, e TRILLA, 2008, p.43, 44).

Em seu estudo Marques e Freitas (2017), organizaram as variações da definição de educação não formal, onde buscaram esclarecer a utilização do termo educação não formal e suas características considerando suas referências, segundo os autores, a literatura aponta que a educação não formal é realizada a partir de um processo mais fluido, com menor rigidez, com perspectivas diversas tanto em aspectos individuais quanto coletivamente, que ocorre de maneira conjunta. Os autores ainda apontam que, a educação não formal é espontânea, intuitiva, inerente aos alunos, pautada pela intencionalidade na escolha natural dos saberes que pretendem ser acessados.

Conforme GADOTTI (2005), a definição de educação não formal caracteriza-se por sua singularidade, essencialmente tendo em vista os meios de aprendizagem utilizados nesse processo de ensino, sendo essa mais abrangente, capaz de alcançar um número maior de pessoas, essa não está direcionada diretamente a necessidade da utilização de regras e níveis de hierarquização para a sua realização efetiva.

Para o autor, na educação não-formal tempo e espaço são igualmente relevantes, além de ambos serem facilmente adaptáveis “respeitando as diferenças e as capacidades de cada um, de cada uma. Uma das características da educação não-formal é sua flexibilidade tanto

em relação ao tempo quanto em relação à criação e recriação dos seus múltiplos espaços” (GADOTTI, 2005. p.2).

Ainda segundo o autor, tais espaços educativos mediante a educação não formal podem estar disponíveis nas cidades e serem acessados através do direito à cidade, sendo então um espaço de educação e instrução, pois dessa maneira “além de suas funções tradicionais ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania”. Onde seus moradores e frequentadores possuem “oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento” disponibilizados de forma igualitária. Desse modo, visam estabelecer a “cidadania plena, ativa, quando ela estabelece canais permanentes de participação, incentiva a organização das comunidades para que elas tomem em suas mãos, de forma organizada, o controle social da cidade” (GADOTTI, 2005. p.6, 7).

Embora ocorra fora do ambiente tradicional de ensino, a educação não formal é desenvolvida de maneira organizada, esse ambiente educativo possibilita o desenvolvimento social, cultural, individual e coletivo por meio da troca de experiências e interação entre os sujeitos que frequentam tais espaços.

De acordo com BIANCONI e CARUSO, em seu estudo concernente as variadas formas de ensino, ao acompanhar na prática processos de ensino realizados através da educação não formal e seus resultados positivos no que diz respeito aos aspectos relacionados ao ensino e aprendizagem, é possível reconhecer que:

O sucesso de todas essas iniciativas nos fazem acreditar que o ensino não-formal tem ainda um enorme potencial a ser explorado, principalmente no que diz respeito à sua capacidade de motivar o aluno para o aprendizado – valorizando suas experiências anteriores –, de desenvolver sua criatividade e sobretudo, de despertar o interesse do jovem pela ciência (2005, p.20).

Visando o desenvolvimento dos indivíduos é mediante educação não formal propiciada pela participação nas atividades e apropriação desses espaços de lazer disponíveis na cidade que esse desenvolvimento se faz possível, pois esse tipo de educação trata-se de “um espaço concreto de formação com a aprendizagem de saberes para a vida em coletivos” (GOHN, 2009, p.32).

Com o intuito de dimensionar a importância dessa forma de ensino e aprendizagem, Gohn (2020), através de um resgate na literatura descreve o percurso histórico da educação não formal. Por meio dos estudos analisados pela autora, é possível perceber como a educação não formal vem sendo construída e alicerçada. A autora conceitua a educação não formal como uma pluralidade de processos direcionados a aspectos formativos sociais, políticos, pedagógicos e culturais, impulsionando o cidadão a conviver em sociedade e apropriar-se dos seus direitos. Dessa maneira, a educação não formal:

[...] designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazer uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; [...] (GOHN, 2020, p. 12, 13).

Ainda conforme a autora, a educação não formal trata-se de um recurso de extrema relevância para o processo formativo dos atores sociais de modo geral e possui inúmeras potencialidades para todas as camadas da sociedade:

[...] Ela possibilita ganhos civilizacionais— a inclusão social, o combate ao preconceito. Quando é acionada em processos sociais desenvolvidos em comunidades carentes socioeconomicamente, ela possibilita processos de inclusão social via o resgate da riqueza cultural daquelas pessoas, expressa na diversidade de práticas, valores e experiências anteriores. [...] ela potencializa o processo de aprendizagem, complementando-o com outras dimensões que não têm espaço nas estruturas curriculares. Ela não substitui a escola, não é mero coadjuvante para simplesmente ocupar os alunos fora do período escolar. A educação não formal tem seu próprio espaço-formar cidadão, em qualquer idade, classe socioeconômica, etnia, sexo, nacionalidade, religião etc., para o mundo da vida. Ela tem condições de unir cultura e política (aqui entendidas como *modus vivendis*, conjunto de valores e formas de representações), dando elementos para uma nova cultura política (GOHN, 2020, p. 13).

Nesse sentido, entende-se que a educação não formal refere-se a um conjunto de atividades interativas em uma instituição ou espaço extraescolar que mostra-se como um instrumento formativo essencial. Ainda que seja estruturada ou sistematizada, essa apresenta-se de maneira mais flexível, não hierarquizada, possuindo diversas possibilidades e dessa maneira pode tornar-se uma ferramenta basilar por estar voltada para os interesses da sociedade, por viabilizar a diversidade, a construção de valores, conectar o cotidiano ao aprendizado e incentivar a análise e a interpretação das pessoas, esse é um meio educacional fundamental para orientar as pessoas a respeito dos seus direitos e impulsionar a compreensão e o alcance da sociedade, sobretudo a acessar os direitos sociais, como o lazer.

Direito ao lazer e suas principais concepções teórico-conceituais

O que você define como lazer? Na literatura, o fenômeno lazer pode ser retratado de inúmeras maneiras ao longo do tempo, mas qual o significado do lazer para os indivíduos na sociedade?

Quando questionados quanto a definição de lazer as respostas dos atores sociais do bairro da Liberdade foram as mais diversificadas, muitos associaram as práticas esportivas e lugares ao ar livre que podem ser frequentados por todas as pessoas, como por exemplo: Morador 2: “Esporte”; Morador 3: “Praia e Praças”; Morador 4: “Futebol”; Morador 5: “Quadra de Futebol”; Morador 9: “Praia”; Morador 17: “Praça com parque área de esportes”. Para Rodrigues *et al.* (2014, p. 163), os lugares públicos urbanos como os citados aqui por esses moradores do bairro da Liberdade, são essenciais para “potencializar o desenvolvimento da sociedade”, no entanto existem os mais variados fatores que favorecem ou não a apropriação desses ambientes citadinos.

De acordo com Silva (2011) em um estudo semelhante, um dos principais fatores motivacionais para a apropriação e práticas de atividades nesses ambientes como os parques é a proximidade que esse espaço possui com a residência dos seus usuários, por outro lado a maior insatisfação seria a constante sensação de insegurança.

Outros moradores do bairro da Liberdade associaram o lazer a aproveitar o tempo para estar com a família e amigos, como ressaltaram alguns participantes: Morador 8: “Estar entre irmãos jogando baralho e amigos etc”; Morador 11: “Interação com meus amigos, tanto com jogos digitais como a prática de esportes”; Morador 18: “Um ambiente seguro onde você possa confraternizar com pessoas que você gosta”. A esse respeito, é válido ressaltar a importância da utilização por parte dos cidadãos dos espaços disponíveis na cidade para o relação social e familiar, sendo muitos desses lugares que possibilitam tal convívio (SANTANA; ALVES, 2014; SILVA, 2011).

E alguns ainda associaram o lazer a participar de alguma atividade cultural, a exemplo do Morador 6: “Jogar baralho com os amigos, futebol, show, Fonte Nova³, caminhada”;

³ O espaço citado pelo Morador, mais conhecido como Fonte Nova, o anteriormente nomeado Estádio Octávio Mangabeira, hoje Complexo Esportivo Cultural Octávio Mangabeira. Após uma requalificação passou a ser chamado de Itaipava Arena Fonte Nova, o nome ao qual é referido atualmente ocorre por conta de um patrocínio realizado para a construção da nova estrutura através de uma concessão (cujas validade estabelecida é até o ano de 2023), em parceria da anteriormente mencionada cervejaria, do Grupo Petrópolis, com o Governo do Estado da Bahia. Trata-se de um estádio de futebol que localiza-se na Ladeira Fonte das Pedras, Nazaré, uma região central da cidade de Salvador, Bahia. Atualmente é utilizado como um espaço multifuncional, que abarca eventos diversos, como: shows, eventos religiosos, entre outros, onde ocorrem majoritariamente os jogos do clube que possui o mando de campo na Arena, o Esporte Clube Bahia.

Morador 12: “assistir, ler e jogar”; Morador 13: “Música e arte”. Nesse sentido, Silva *et al.* (2021), constatou que de maneira direta as manifestações culturais, artísticas e populares, apesar de ainda necessitar de incentivo para a sua realização de forma mais acessível e fiscalização para a sua melhor realização, influenciam positivamente no estabelecimento democrático da sociedade.

Um ponto de destaque é que a maioria dos moradores da Liberdade participantes vincularam o lazer a exercer atividades que tragam satisfação nas quais esses não necessitem gastar qualquer quantia em dinheiro para praticar, que possam estar em segurança para usufruir ao máximo sem gerar preocupações, como observamos com: Morador 1: “Qualquer coisa que dá prazer sem ser remunerado”; Morador 7: “Aproveitar momentos oportunos para deleite físico e mental”; Morador 10: “Aproveitar o tempo livre para curtir”; Morador 14: “Momento de distração”; Morador 15: “Algo que possa proporcionar felicidade e resultados positivos”; Morador 16: “Com um bom lugar”. Em conformidade com o que foi apontado pelos atores sociais, em seu estudo Silva (2011), aponta como um fator determinante para a escolha dos indivíduos para se apropriarem dos espaços públicos são a possibilidade de praticar atividades e utilizar equipamentos gratuitamente.

Conforme Gomes (2014), são difundidas fundamentalmente duas perspectivas elementares e divergentes das concepções de lazer, nas quais historicamente o lazer vem sendo abordado. As transformações decorrentes da Revolução Industrial, no século XIX, deram início a concepção de lazer atrelado ao trabalho, que se organizou e desenvolveu durante o século XX.

Ainda segundo a autora, nessa, o lazer foi interpretado como o oposto do trabalho, representado através das atividades praticadas no tempo livre, quando o trabalhador não estava a serviço das atividades laborais, visão baseada principalmente em princípios ocidentais dominantes nas sociedades, que defendiam uma modificação mercadológica e a liberdade do funcionamento econômico capitalista, pautada no neoliberalismo (GOMES, 2014).

Apresenta-se como um dos principais autores que difundiram essa concepção de lazer, Joffre Dumazedier, esse, defendia o lazer como as atividades praticadas no tempo livre após desligar-se das responsabilidades e compromissos profissionais, direcionado a ocupar o momento de ócio:

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária, ou

sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais (DUMAZEDIER, 1976, p.34).

Essa ideia de vincular o lazer como uma ocupação a ser realizada no período oposto ao tempo de trabalho, visava garantir a recuperação das forças e reestabelecimento das energias para que o trabalhador pudesse retomar as suas atividades laborais revigorados e dessa maneira aumentasse sua produtividade e rendimento no momento de trabalho.

Similarmente, considerando a concepção de lazer como contraponto do trabalho, entretanto em oposição ao “tempo livre”, Bramante (1998), compreende o lazer como um “tempo conquistado”, um direito trabalhista alcançado por meio da luta por melhores condições aos trabalhadores, contemplado individualmente, mediante atividades que proporcionem momentos prazerosos e criativos, vivenciados em certo tempo e espaço que pode ser constantemente transmutado:

O lazer se traduz por uma dimensão privilegiada da expressão humana dentro de um tempo conquistado, materializada através de uma experiência pessoal e criativa, de prazer que não se repete no tempo/espaço, cujo eixo principal é a ludicidade. Ela é enriquecida pelo seu potencial socializador e determinada, predominantemente, por uma grande motivação intrínseca e realizada dentro de um contexto marcado pela percepção de liberdade. É feita por amor, pode transcender a existência e, muitas vezes, chega a aproximar-se de um ato de fé (BRAMANTE, 1998, p. 9)

Mas será que o lazer trata-se realmente de um direito único e exclusivo para quem trabalha? Uma nova abordagem nasce após as concepções de lazer vinculadas a produtividade e ao trabalho, derivadas da Revolução Industrial. Essa nova abordagem, agora a partir do final do século XX, impulsiona um impacto bastante significativo na forma como as pessoas enxergavam a política, a educação, a saúde, o lazer e o tempo de lazer. Por meio dessa, o lazer passa a ser compreendido como uma “necessidade humana e dimensão da cultura”, mais voltado para as questões sociais, que contempla os indivíduos de modo geral (GOMES, 2014).

Uma referência da concepção oposta a ideia de lazer em contraponto do trabalho, trata-se de Marcellino. Segundo o autor, o lazer compreende as atividades praticadas no “tempo disponível”, diz-se de um fenômeno que pode ser experienciado com o intuito de alcançar “satisfação provocada pela situação, onde a disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 1990, p.31).

Para Gomes (2014), o lazer considerado enquanto “necessidade humana e dimensão da cultura” pode ser desfrutado “ludicamente”, de maneiras diversas, vivenciado através de

“manifestações culturais”, de acordo com a escolha de cada indivíduo em determinado “tempo/espço social”.

Nesse sentido, entende-se que o lazer não pode ser considerado apenas como um benefício direcionado ao trabalhador, mas esse trata-se de um fenômeno fundamental para a vida humana, que deve ser vivenciado de maneira igualitária por todos os indivíduos da sociedade. Esse trata-se de um direito que precisa ser oportunizado para todos os atores sociais através da educação pelo lazer em espaços potencialmente formativos, mesmo em ambientes extraescolares, por meio da educação não formal. Diante disso, é de suma importância que se busque investigar os espaços da cidade, principalmente os que possuem pouca visibilidade, como as periferias, e como o lazer é experienciado nesses lugares a fim de reunir melhores condições para que todos os atores sociais alcancem e tenham acesso a tal direito plenamente.

**6. CAPÍTULO III:
Espaços de lazer na periferia e as Vivências dos Atores
Sociais do bairro da Liberdade em Salvador – Bahia**

Como áreas urbanas organizadas, as cidades vêm sofrendo transformações constantes ao longo do tempo, e podem ser modificadas com o intuito de dar significado ao meio ambiente, e a partir da organização das cidades e dos planejamentos prévios é que podem ser desenvolvidos os espaços, inclusive os espaços de lazer e educação. Esses devem ser estruturados a fim de representar um meio capaz de proporcionar aos indivíduos melhora na qualidade de vida, em aspectos físico, psicológico, social e cultural, além de oportunizar um ambiente formativo, que viabilize o desenvolvimento educacional das pessoas que os frequentam (SANTINI, 1993).

Os espaços disponíveis nas cidades, quer sejam de lazer, quer não, podem ser considerados de inúmeras maneiras: como uma representação de liberdade (TUAN 1983, p. 3 apud RECHIA, 2003, p. 132), tratando-se de um elemento imprescindível para que ocorra a manutenção da vida, para alcançar as necessidades humanas físicas, mentais e sociais esse, “o espaço é uma condição para a sobrevivência biológica de qualquer espécie. Para o homem, é crucial para seu bem-estar psicológico e uma exigência social” (SANTINI, 1993, p.34).

Conforme Rechia (2003, p. 11), “os espaços públicos se originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas, e que a partir deles se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida na cidade”. O espaço pode ser classificado como produto da “relação do sujeito consigo mesmo, com o outro e com o lugar” (RECHIA, 2005).

Para que os espaços possam ganhar funcionalidade, esses requerem da circulação contínua de frequentadores, da mesma forma demandam de estímulo para que ocorra sua apropriação mediante a compatibilidade das suas instalações com o perfil dos seus frequentadores e do território no qual esse se estabelece, possibilitando a pluralidade com condições adequadas para que possam por si só, vir a despertar o interesse de apropriação nas pessoas (JACOBS, 2001).

Santos (2006), salienta que:

[...] O espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como condição de "viver bem". Como meio operacional, presta -se a uma avaliação objetiva e como meio percebido está subordinado a uma avaliação subjetiva. Mas o mesmo espaço pode ser visto como o terreno das operações individuais e coletivas, ou como realidade percebida [...] (p. 34).

Dessa maneira, o espaço é determinado de acordo com as circunstâncias em que esse disponibiliza o acesso para as pessoas garantindo os valores políticos, sociais e culturais. O

espaço obtém significado no momento em que as pessoas se apropriam desse, possui sentido quando promovem interações sociais, quando as pessoas se organizam, se estabelecem e compõem o ambiente. Os espaços configuram-se como um “local em que as afinidades sociais e as diferenças são vivenciadas” (TSCHOKE; MARANHO; RECHIA, 2010).

Para que o espaço de lazer e os equipamentos dispostos nesse seja desfrutado da melhor forma possível é preciso que esse mostre-se viável, praticável, disponha de funcionalidade. Destaca-se a importância dos espaços públicos de lazer, pois podem possibilitar inúmeros benefícios e melhorias na qualidade de vida dos seus frequentadores nas comunidades e áreas periféricas para os moradores.

Além disso, estabelece uma conexão entre os indivíduos ou de cada um com o espaço, proporcionando a interação entre esses, fomentando dessa forma a relação entre o cidadão e o espaço. Ressaltando ser imprescindível que as atividades exercidas nesses lugares, tal qual a forma de utilização desses, ocorrem de acordo com a escolha de cada um dos sujeitos.

Neste sentido Gehl (2013), reitera que essencialmente são esses planejamentos que transformam os espaços, proporcionam a constituição e estruturas adequadas, tornando-se atrativos e aprazíveis e como consequência por meio desses motivem o interesse das pessoas em dispor dos espaços e seus equipamentos.

Diante do exposto, esse capítulo consiste em destacar como ocorrem as vivências de lazer na periferia, considerando essencialmente a percepção dos moradores do bairro da Liberdade e suas experiências, como ocorre a apropriação dos espaços de lazer, a importância desses nesses lugares para os moradores e como seria o lugar ideal para as experiências de lazer para essas pessoas.

O presente estudo foi desenvolvido levando em consideração uma região periférica da cidade de Salvador, Bahia, o bairro da Liberdade, representado através da figura 1, a fim de pesquisar os espaços que possibilitam práticas de lazer e suas atividades.

Figura 1: Mapa Bairro da Liberdade, Salvador - BA



Fonte: Google Maps

No que diz respeito ao bairro da Liberdade, os historiadores costumam concordar quanto a origem do bairro, como sendo inicialmente Estrada de Boiadas por ser um acesso por vias terrestres entre as áreas urbanas e rurais, modificada após a vitória dos brasileiros na Independência da Bahia, por ser a estrada em que os soldados vencedores passaram, sendo então chamada Estrada da Liberdade. Conforme Leite (2012, p.67), o bairro foi renomeado por diversas vezes ao longo da história até chegar a denominação que tem hoje, essas nomeações seguindo uma ordem cronológica foram: “Caminho do Sertão ou do Interior, Estrada das Boiadas ou dos Bois, Estrada da Liberdade, Aldeia de Índios, Linha Oito, Bairro da Liberdade e por fim Liberdade”.

Segundo o último Censo Demográfico do IBGE finalizado, publicado em 2010 (dado publicado pelo Plano Plurianual da Prefeitura de Salvador pelo período de 2018 – 2021) uma vez que a condição pandêmica que vivenciamos impediu a realização do Censo Demográfico do ano de 2020, apenas o bairro da Liberdade possuía 41.802 habitantes, certificando que esse trata-se de um dos bairros mais populosos de Salvador – BA.

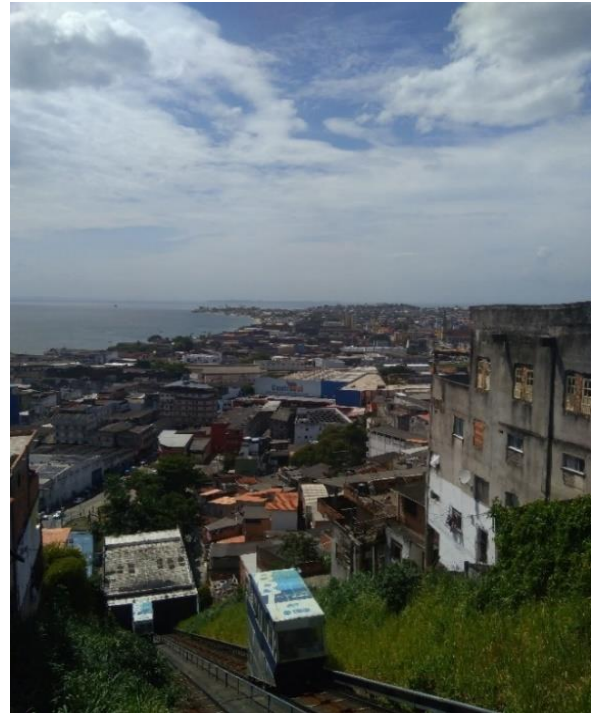
O bairro da Liberdade e suas adjacências possui bairros muito conhecidos como Curuzu (IMAGEM 1), o Plano inclinado que liga a parte alta na Liberdade ao bairro da Cidade Baixa (IMAGEM 2), e em sua extensão um comércio muito forte representado por inúmeras lojas, uma feira popular muito conhecida chamada Feira do Japão (IMAGEM 3), diversas escolas públicas e privadas, shoppings que tem estruturas menores que os dos grandes centros, são eles: Shopping Espaço Liberdade, Shopping Espaço A e Shopping Liberdade (IMAGEM 4 e 5).

Imagens 1, 2, 3, 4 e 5: Extensão do Bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.

Imagem 1: Entrada do Curuzu



Imagem 2: Plano Inclinado da Liberdade



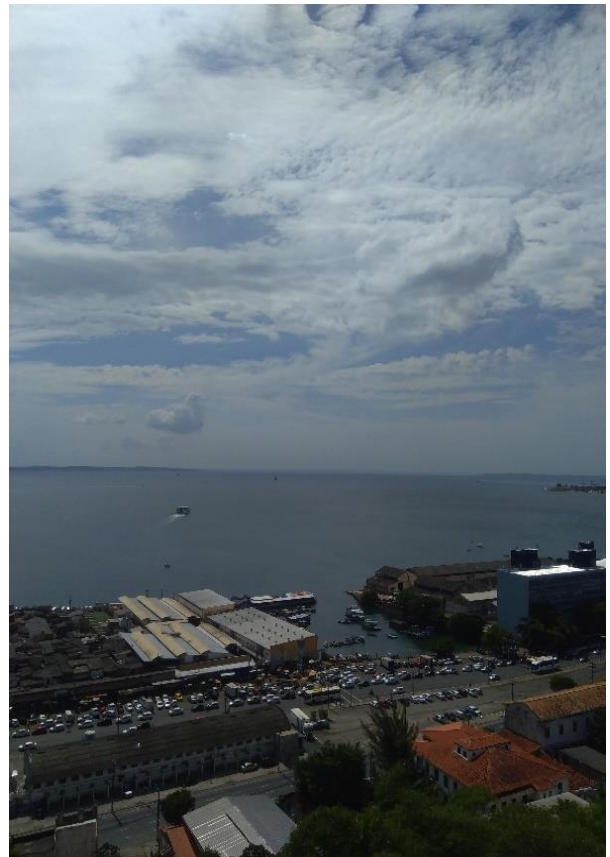
Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Imagem 3: Entrada da Feira do Japão



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Imagens 4 e 5: Fachada do Shopping Liberdade e Vista do Shopping da Liberdade para a Cidade Baixa



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Em toda a dimensão do bairro estão dispostas cinco praças, são elas: Largo do Tanque, que de acordo com a Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador (DESAL), órgão responsável pela implementação e requalificação dos equipamentos urbanos de Salvador, como as praças e quadras públicas do bairro da Liberdade. No ano de 2018 passou por uma reestruturação, onde foram implantados novos equipamentos, hoje nomeada Praça do Largo do Tanque Luiz Gama, fazendo uma homenagem a essa figura negra de suma importância para a história do Brasil, soteropolitano, intelectual, escritor, abolicionista, dentre muitas outras atribuições, que auxiliou na libertação de diversos negros escravizados, representada através das imagens (IMAGENS 6, 7 e 8) a seguir:

Imagens 6, 7 e 8: Praça do Largo do Tanque Luiz Gama, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.

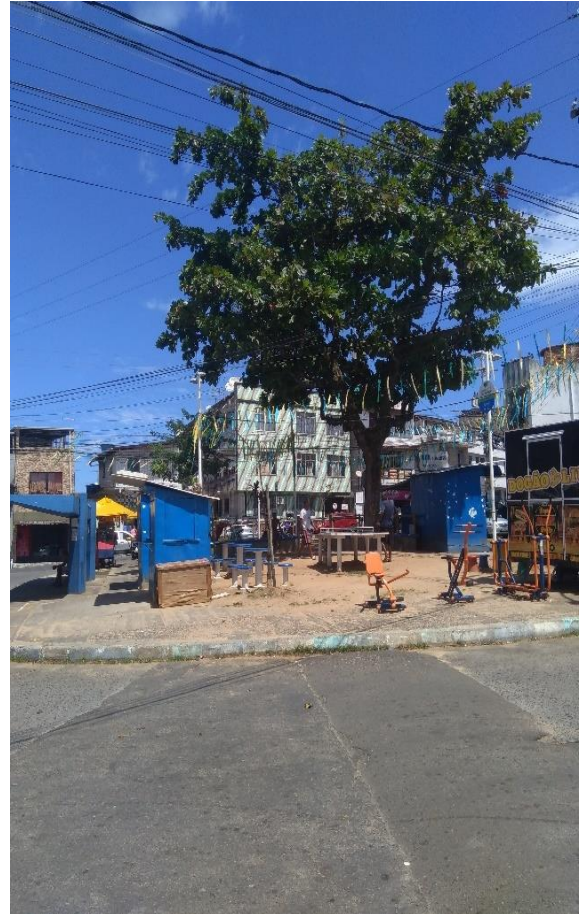


Fonte:Arquivo Pessoal da Autora

Já a Praça do Bairro Guarani (IMAGENS 9 e 10), pressupõe-se que o lugar recebe esse nome com o intuito de enaltecer a cultura indígena. Nessa praça já funcionou um final de linha de ônibus que circulam em Salvador. Como em outras praças possui em seus arredores estabelecimentos comerciais como bares, residências e um hotel que em tempos de pandemia passou a ser utilizado como unidade de atendimento emergencial que realiza o acolhimento de

pessoas em situação de rua, conforme observado nas imagens em seguida:

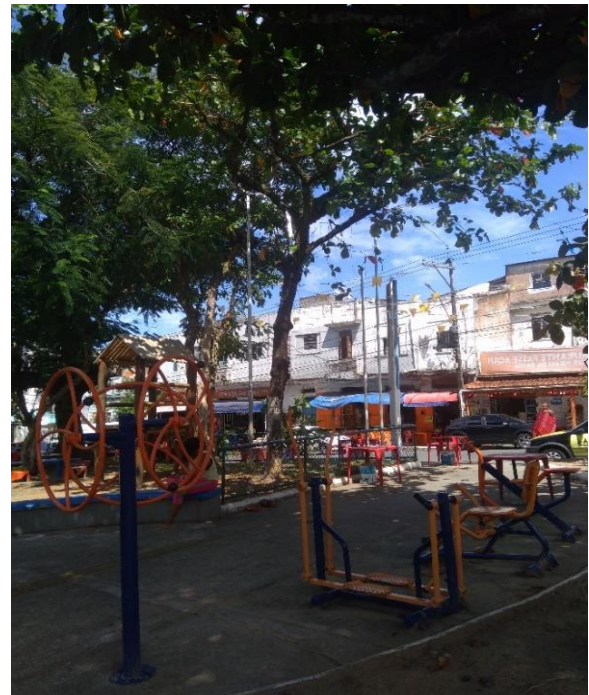
Imagens 9 e 10: Praça do Bairro Guarani, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

A próxima praça é nomeada Praça Raimundo Freixeiras, mais conhecida como Largo do Sieiro (IMAGENS 11, 12, 13 e 14), nesse local existe uma espécie de final de linha de alguns transportes públicos coletivos, trata-se de uma rotatória onde certas linhas de ônibus obrigatoriamente fazem o retorno, em seu entorno existem bares e residências, é possível observar as dependências da praça nas imagens abaixo:

Imagens 11, 12, 13 e 14: Praça do Sieiro, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.

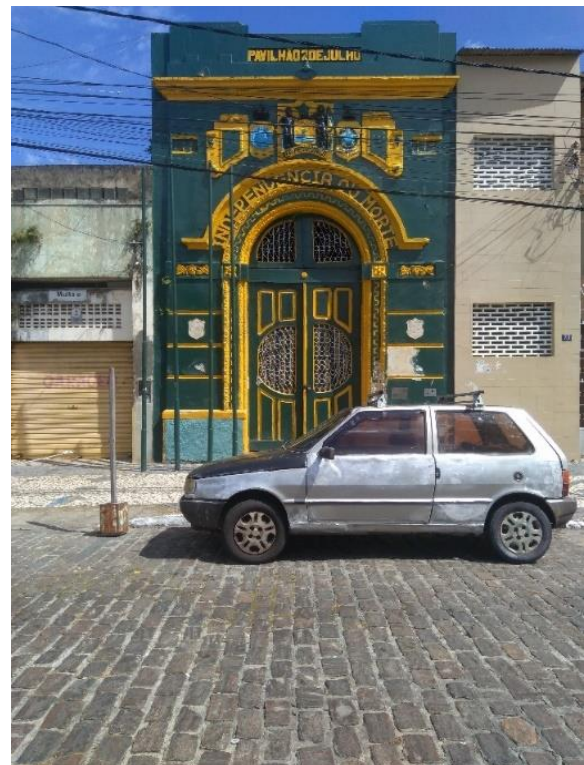


Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Praça da Lapinha (IMAGENS 15, 16, 17 e 18), nessa praça encontramos uma igreja, a casa dos caboclos onde ficam armazenados os carros e as imagens de figuras importantes para

a Independência do Brasil na Bahia, bares e restaurantes, como observamos a seguir:

Imagens 15, 16, 17 e 18: Praça da Lapinha, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.

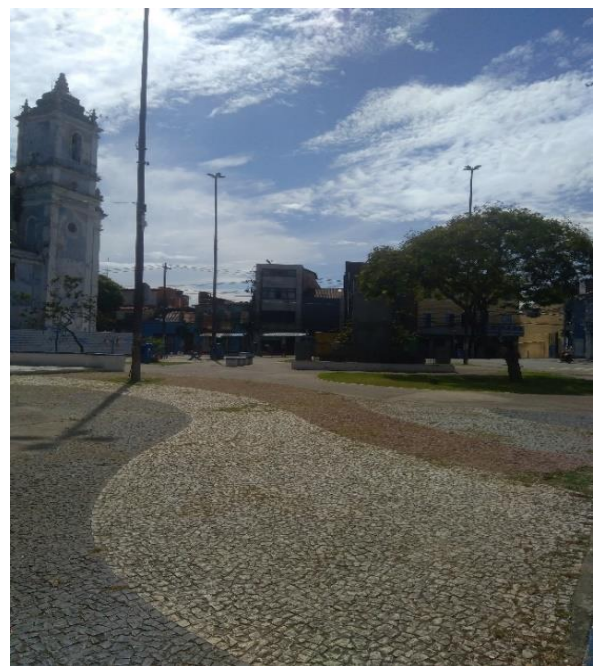


Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Sabe-se que a Praça Soledade (IMAGENS 19, 20, 21 e 22) recebeu esse nome devido a uma antiga capela que se encontrava-se nesse lugar, e que hoje transformou-se em um

convento ambos de mesmo nome. A área da Soledade está tombada e sob protecção estadual, no entanto grande parte dos casarões dispostos ao longo dessa são tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), devido a suas construções serem de grande importância para a história da Bahia enquanto outros são de propriedade privada. Na Praça da Soledade está o monumento a Maria Quitéria, considerada heroína, essa é uma homenagem a primeira mulher que batalhou pela Independência do Brasil, na Bahia, visto na imagem abaixo:

Imagens 19, 20, 21 e 22: Praça da Soledade, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Todas essas praças mencionadas possuem em suas instalações: bancos, áreas para socialização, aparelhos para a prática de exercícios físicos como academia ao ar livre, parquinho uma pequena área com brinquedos infantis como gangorras e escorregadores, e as praças do Largo do Tanque e do Sieiro possuem quadra onde os moradores fazem uso para jogar suas partidas de esportes coletivos futebol e basquete, entretanto como observado através das imagens os espaços e seus equipamentos não apresentam um bom estado de conservação e podem vir a impedir que os moradores possam frequentá-los.

Diante da identificação de espaços de lazer como os verificados anteriormente, o presente capítulo visa analisar e compreender quais são os espaços de lazer reconhecidos pelos moradores do bairro da Liberdade, as práticas de lazer vivenciadas por moradores de lugares periféricos e como esse, como essas possibilidades de lazer nos bairros periféricos vêm sendo possibilitadas nos espaços para seus frequentadores e a importância das experiências oportunizadas nos espaços de lazer para esses sujeitos.

Lazer na periferia: Os espaços dos moradores do Bairro da Liberdade em Salvador – Bahia

Etimologicamente, a palavra periferia, é proveniente do grego “*peripheréia*” e possui origens também do latim “*peripheria*” (DICIO, 2022), na qual atribui-se o sentido de circunferência, região que contorna ou área que rodeia um determinado centro. Ou como uma “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda” (MICHAELLIS, 2022). São as áreas ou espaços que situam-se principalmente nos arredores das cidades urbanas, geograficamente distante dos grandes centros e áreas reconhecidas popularmente como “nobres”, mas que apresentam-se como um lugar muito rico social e culturalmente.

As periferias da cidade foram surgindo ao longo dos anos após a massiva presença de trabalhadores nas cidades urbanas por conta do crescimento econômico e do processo de urbanização, advindos da instalação e o crescente estabelecimento de indústrias nas cidades. Dessa maneira, as cidades foram passando por um processo de transformação, levando ao aumento populacional e o desenvolvimento de áreas no entorno das cidades, que posteriormente vieram a ser chamadas de áreas periféricas e favela.

O termo periferia é definido por Andrade e Marcellino, como espaços localizados

geograficamente no entorno das cidades, que foram estabelecidas devido ao resultado do desenvolvimento industrial, conforme as indústrias foram crescendo e as cidades foram se transformando, a parcela mais pobre da população foi sendo afastada dos grandes centros e passaram por um processo de exclusão no qual “viram-se forçadas a se instalar em áreas distantes do centro e com defasada infraestrutura de serviços urbanos básicos”(2011, p. 2- 3).

Em uma das suas primeiras referências Santos (1979, *apud* GUIMARÃES, 2015), a utiliza o termo *periferia* para referir-se essencialmente a circulação dos meios de transporte, a acessibilidade e transitabilidade das pessoas, onde o surgimento das periferias se dá devido à dificuldade de locomoção, a falta de mobilidade trazidas pela criação de vias de transporte que favoreciam o desenvolvimento de pontos específicos das cidades onde essas vias passavam, mas impossibilitava o desenvolvimento comercial, dificultava o deslocamento e causava escassez de serviços nos lugares que não possuíam vias de transporte. O autor segue afirmando que:

Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica (SANTOS, 1979: 229 *apud* GUIMARÃES, 2015, p.117).

Conforme Santos (1993), a pobreza e a carência de serviços nas periferias, são ocasionadas pela configuração geográfica urbana e pela insuficiência no planejamento da infraestrutura das cidades. A isso estão relacionadas circunstâncias como, a escassez das estruturas físicas encontradas nas periferias e as condições de vida a que são expostos os moradores desses lugares. Questões como essas acabam por obstaculizar as vivências dos moradores das áreas periféricas em diversos aspectos, bem como, da maneira como são assegurados os direitos sociais a esses moradores, como por exemplo o direito ao lazer.

Os inúmeros espaços que observamos ao percorrermos o bairro da Liberdade, como: shoppings, praças, associações, centros sociais, quadras, e até escolas que abrem seus portões para os moradores, dentre outros espaços podem ser constituídos como lugares que podem ser destinados ao lazer para os seus moradores. Com o intuito de compreender a percepção dos moradores quanto aos espaços de lazer disponíveis no bairro da Liberdade, foi questionado o que seria um espaço de lazer para cada morador participante na pesquisa e em seguida, a partir dessa resposta, se esses consideravam que o bairro possui espaços de lazer.

Quanto ao significado de espaço de lazer, foram obtidas respostas mais diversificadas, desde lugares que possibilitem a interação social, práticas esportivas, diversão, observado a

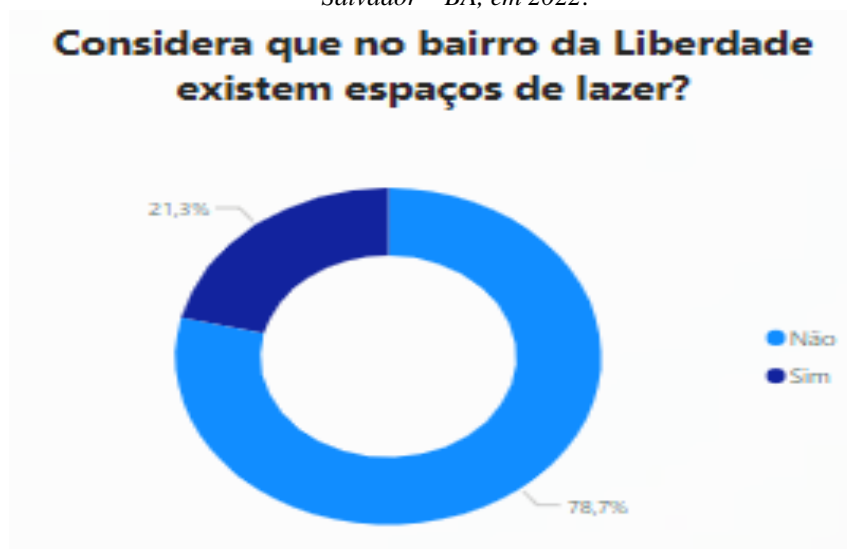
seguir: Morador 1: “Uma área para conversar, brincar”; Morador 4: “Campo”; Morador 5: “Uma quadra de futebol”; Morador 6: “um espaço de lazer seria um estádio de futebol”; Morador 7: “um espaço dedicado ou preparado para trabalhar tanto o corpo quanto a mente”; Morador 10: “um lugar para poder me divertir”; Morador 11: “um espaço com quadras para diferentes tipos de esportes e uma praça para a interação”; Morador 14: “Espaço onde tenhamos várias opções de distração e atividades”; Morador 17: “Diversão”;

Lugares que fomentem cultura, entretenimento a ambientes tranquilos, calmos e até mesmo opções virtuais como: Morador 8: “uma associação, um espaço ou qualquer local para um entretenimento”; Morador 9: “Morar na praia”; Morador 12: “Um setup gamer profissional”; Morador 13: “Espaço cultural”; Morador 16: “Um lugar onde podemos entreter”;

Para outros moradores o lugar de lazer não trata-se apenas de um ambiente que proporcione diversão e interação, mas que essencialmente transmita a sensação de segurança. Como ressaltaram alguns moradores: Morador 3: “Seria uma área segura e apropriada para crianças e espaço de saúde adequadas e com instrução de uso, bem iluminada”; Morador 15: “Local para práticas seguras que proporcione lazer”; Morador 18: “Uma praça com segurança”.

Nesse sentido, a partir do entendimento desses com relação ao significado de espaço de lazer quanto aos espaços disponíveis nas periferias da cidade, levando em consideração o bairro da Liberdade em Salvador -BA para os seus moradores, foi possível constatar como esses sujeitos observam os espaços do bairro da Liberdade, como exposto no gráfico a seguir:

Gráfico 1: Existem espaços de lazer no bairro? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.



Fonte: Elaboração da Autora

Conforme observado no gráfico acima, a respeito da existência de espaços de lazer no bairro da liberdade a grande maioria dos seus moradores, mais precisamente 78,7 % dos moradores consideram que o bairro não possui espaços de lazer, enquanto apenas 21,3% dos moradores participantes da pesquisa acreditam que o bairro dispõe de espaços de lazer.

Levando em consideração que o bairro da Liberdade em Salvador -BA possui espaços que podem ser considerados de lazer, como mencionado no início desse capítulo, e ainda assim esses espaços não serem percebidos inicialmente pela grande maioria dos moradores, como visto mediante as respostas anteriores, foi perguntado para os seus moradores quais os espaços ou instituições do bairro da Liberdade esses poderiam então definir como espaço de lazer.

Nesse momento, as respostas foram as mais diversificadas, a grande maioria deu como resposta os espaços públicos, como as praças, quadras e equipamentos como academia ao ar livre e um espaço voltado para o fomento de inúmeras ações sociais e atividades culturais, esportivas, educacionais e de lazer para os moradores da comunidade, o Centro Social Urbano (CSU), a grande parcela dos moradores observam esses lugares públicos como espaços de lazer:

Morador 1: “Praça pública”; Morador 7: “praça da lapinha que têm equipamentos para exercícios comunitários e largo do tanque”; Morador 8:” quadra de esporte (Sieiro) mas é para toda comunidade existem regras para frequentar pela questão de facções”; Morador 10: “praça do bairro guarani”; Morador 16: “Largo da soledade”; Morador 17: “Centro social urbano”.

Como citado, além das praças já apresentadas anteriormente, o bairro da liberdade possui associações culturais e espaços sociais, como o Centro Social Urbano (CSU), também mencionado pelos moradores. O Centro (IMAGENS 23, 24, 25 e 26) é um espaço aberto ao público que oferece inúmeras atividades sociais para os moradores do bairro da Liberdade e demais pessoas que quiserem frequentar. No espaço ocorrem aulas de dança, esportes, lutas, possui uma quadra que fica aberta para o popular “baba” (jogo de futebol) além de ofertar ações de qualificação profissional e atendimentos voltados a inscrição e instruções quanto ao andamento da participação dos moradores em programas governamentais, além de ceder o espaço para eventos dos moradores, como festas de aniversário.

Imagens 23, 24, 25 e 26: Centro Social Urbano (CSU), bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Dentre esses, um morador respondeu um dos colégios do bairro: Morador 5: “Duque de Caxias”. O Colégio Estadual Duque de Caxias, visto através das imagens abaixo (IMAGENS 27 e 28), surge como resposta, pois possui em suas instalações quadras

esportivas que ficam à disposição da população para jogos, campeonatos e até em alguns eventos pontuais.

Imagens 27 e 28: Colégio Estadual Duque de Caxias, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Alguns moradores citaram ambientes privados como restaurantes, pizzarias, bares e uma casa de shows:

Morador 6: “Boca no bairro do Guarani”⁴; Morador 12: “Pizzaria”; Morador 18: “Bar”.

No entanto, ainda há uma grande parcela de moradores que não definem ou reconhecem nenhum dos espaços do bairro da Liberdade como sendo espaços de lazer, sendo assim deram como resposta que o bairro não possui espaços de lazer, um dos moradores evidenciou desconhecer espaços destinados exclusivamente ao lazer no bairro:

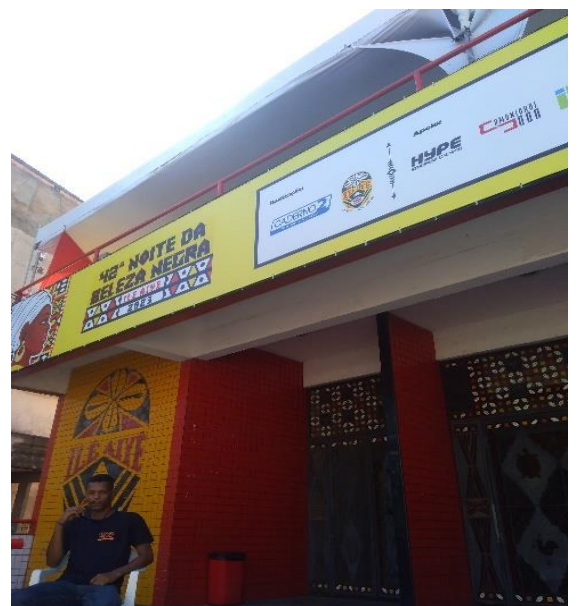
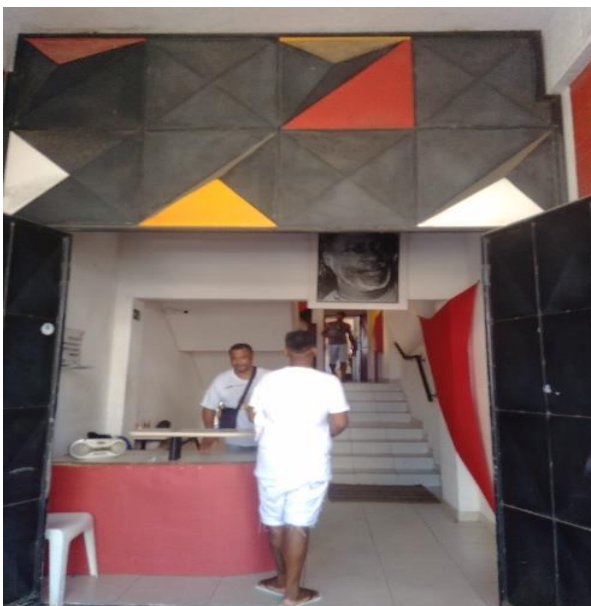
Morador 4: “Não tem”; Morador 9: “Nenhum”; Morador 11: “Nenhum”; Morador 13: “Não tem”; Morador 15: “No bairro como um todo não percebo um espaço exclusivo de lazer”.

Um ponto a se destacar é que nenhum dos moradores mencionou a Sede do Bloco Ilê Ayê (IMAGENS 29 e 30), como espaço de lazer, uma vez que esse espaço oferta para os

⁴ O espaço citado pelo Morador 6, trata-se de um espaço privado que produz diversos eventos, dentre eles shows de samba e pagode, aluga para festas de aniversário e casamento e ficou amplamente conhecido no bairro pelo seu nome anterior, Boca, mas hoje é chamado de Mousa Music.

moradores do bairro da Liberdade diversos projetos sociais, além de possuir uma escola do ensino fundamental, esse fornece oficinas de música, instrumentos como percussão, confecção de roupas, danças, entre outros. Esse espaço está aberto ao público em geral, no entanto observa-se que possui em sua entrada grandes portões que aparentam estar fechados, possui poucos meios de divulgação das suas atividades o que comumente pode se configurar como fatores que ocasionam um afastamento dos possíveis frequentadores nos demais dias do ano e não somente no período do carnaval, quando tem grande movimento de pessoas para participar do concurso da beleza negra e do bloco.

Imagens 29, 30, 31 e 32: Sede do Bloco Ilê Ayê, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

De maneira similar ocorre com o Centro Cultural Desportivo ACM Brasil, o espaço oferta aulas de dança, como: Charme, ballet, lutas, muitas vezes gratuitos ou solicitando um valor simbólico para auxiliar na manutenção da atividade e dar uma ajuda de custo aos professores, entretanto não foi lembrado pelos moradores mesmo estando localizado na rua central do bairro da Liberdade, rua direta Lima e Silva, o espaço também dispõe de segurança e grandes portões na sua entrada, o que pode vir a dificultar o acesso aos moradores, como observado nas imagens abaixo (IMAGENS 33 e 34).

Imagens 33 e 34: Centro Cultural Desportivo ACM Brasil, bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2023.



Fonte: Arquivo Pessoal da Autora

Da mesma maneira, esses fatores podem interferir na percepção dos moradores acerca dos espaços de lazer disponíveis no bairro fazendo com que as pessoas não se aproximem desses lugares e não os considerem como espaços de lazer. A partir dessas respostas foi possível identificar como as pessoas observam os espaços da cidade de maneira singular, cada

um deles apresenta uma percepção acerca dos espaços.

Após identificar a percepção dos moradores participantes da pesquisa a respeito dos espaços de lazer existentes no bairro, esses foram questionados no que diz respeito aos espaços de lazer do bairro da Liberdade que costumam frequentar e quais atividades praticam nesses espaços, e citaram:

Morador 1: “Quadra ao ar livre do Sieiro”; Morador 2: “Lapinha”; Morador 5: “Quadro do centro social urbano”; Morador 10: “praça do bairro guarani”; Morador 14: “C S U”; Morador 16: “soledade”;

Nesses ambientes os moradores costumam praticar atividades físicas e esportivas ou participam de interações sociais:

Morador 4: “Andar”; Morador 5: “Futebol”; Morador 8: “TORCER, ZOAR, CONVERSAR”; Morador 10: “alguns acessórios de atividades físicas”; Morador 13: “Música”; Morador 16: “caminhada”;

De acordo com Santini (2003), para incentivar a apropriação de parques e praças, esses necessitam de adequação para sua utilização para que venham a ser encarados dessa forma como fatores positivos para favorecer a qualidade de vida urbana na contemporaneidade.

Outros moradores disseram que os espaços mais frequentados nos momentos livres são os espaços privados como casa de show e bares:

Morador 12: “Pizzaria”; Morador 13: “boca”; Morador 18: “Bar”

Para muitos moradores os espaços privados, como bares e restaurantes que estão próximos a suas residências oferecendo serviços de comida e bebida, fazem parte do seu cotidiano no dia de folga e se mostram como a principal opção de lazer, pois fortuitamente a escolha desses espaços se dê devido a oposição da utilização desses com os horários de trabalho, se mostrando como um momento de refúgio, descanso, descontração, que as pessoas procuram com o intuito de proporcionar circunstâncias que favorecem a distração, relaxamento, onde essas vão poder, mesmo que por um breve período de tempo, deixar de lado os problemas diários.

Alguns moradores relataram deixar de frequentar os espaços devido à constante sensação de insegurança ou a falta de equipamentos de qualidade:

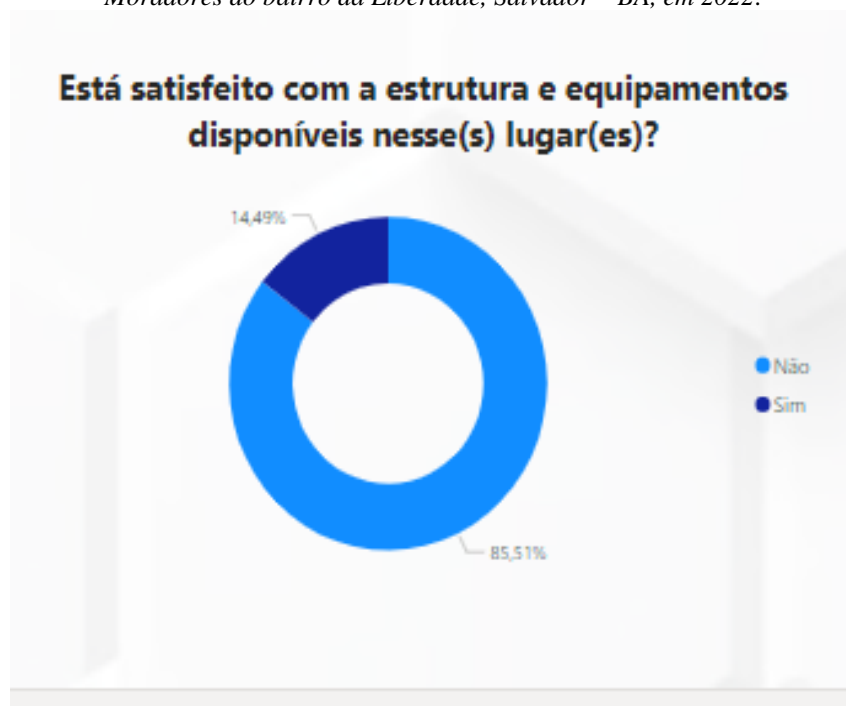
Morador 7: “nenhum, pois é concorrido e distante além de faltar quadras poliesportiva que atenda outros interessados”; Morador 8: “na minha própria comunidade evitamos estar frequentando outras comunidades (ruas) facções”.

Conforme Lima (2015, p. 20), “o argumento da violência urbana tem sido um dos

principais motivos para a diminuição do uso do espaço público pelos mais favorecidos socialmente”. Contudo, de acordo com a pesquisa aqui realizada, constatamos que esse não é um ponto de destaque que desestimula apenas a parcela mais favorecida da população, mas é percebido e latente para todas as camadas da sociedade.

Diante disso, questionou-se aos moradores quanto a satisfação no que se refere as estruturas e equipamentos disponíveis nesses lugares conforme o gráfico 2:

Gráfico 2: Está satisfeito com a estrutura e equipamentos disponíveis nesse(s) lugar(es)? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.



Fonte: Elaboração da autora

Como observado no gráfico 2, 85,51% dos moradores do bairro da Liberdade relataram não estar satisfeitos com a estrutura e os equipamentos disponíveis nos espaços de lazer do bairro, e 14,49 % dos sujeitos declararam satisfação com as instalações dos espaços.

Nesse sentido, buscou-se investigar os fatores que motivaram os moradores a escolher esse(s) espaço(s) de lazer para frequentar: Morador 1: “Por ser próximo à residência”; Morador 2: “Movimento de pessoas”; Morador 3: “Onde possui fluxo de pessoas maior, e dá a falsa sensação de segurança”; Morador 4: “É o que resta”; Morador 5: “Gosto muito”; Morador 8: “POR QUESTAO DE SEGURANÇA”; Morador 10: “porque é o mais próximo

de minha casa”; Morador 13: “Distrair a mente”; Morador 14: “Por que gosto da atividade.”; Morador 16: “é arejado”; Morador 17: “Por que só tem ele”;

De acordo com a disposição do bairro, os moradores veem as praças públicas como única opção de lazer disponível, seja para a prática de atividades físico-esportivas ou para passar um tempo com familiares e amigos. Em conformidade com Andrade e Marcellino (2011), que destacaram em seu estudo que um fator essencial para a decisão de frequentar determinado espaço de lazer é estar na companhia pessoas da vizinhança e amigos. Um fator motivacional para que frequentem esses lugares é a proximidade desses ambientes com as suas residências, parte dos participantes disseram até ter escolhido esses lugares considerando o fluxo de pessoas que circulam nesses ambientes devido ao medo e insegurança de ocupar tais espaços.

Lazer no cotidiano dos sujeitos sociais: Vivências Dos Atores Sociais Do Bairro Da Liberdade Em Salvador – Bahia

Atualmente, a dinâmica social favorece e intensifica o valor comercial atrelado as práticas de lazer, seja por meio dos veículos de comunicação ou mediante a comercialização de determinados artefatos, produtos e prestação de serviços personalizados. Essa tendência é possível de ser observada na apropriação de certos espaços de lazer, como cinemas, shopping centers, teatros ou em algumas práticas que requer a utilização de materiais, equipamentos e instrumentos específicos para serem realizadas.

O lazer e suas práticas vem sendo cada vez mais considerados do ponto de vista comercial, convergindo-se para uma perspectiva mais atrelada ao consumo e encarados como mercadoria. Estabelecendo, dessa forma, uma relação de custo para a realização das atividades práticas de lazer ou dos momentos de descanso e relaxamento, o que Mascarenhas (2005, p. 156-157), define como “mercolazer”:

A expressão categorial “mercolazer” procura traduzir tanto a dinâmica tendencial de mercantilização do lazer em sua manifestação mais imediata, quando assume a forma de uma mercadoria propriamente dita, como, também, sua manifestação como: valor de uso prometido, quando seu poder imagético, como coisa significante, aparece involucralmente colado ao corpo de outras mercadorias; como palco de vivências, servindo de atrativo divertido e emprestando o estatuto do lazer a um conjunto de pontos de venda ou equipamentos de comércio; e como compra divertida, quando o próprio processo de troca assume a identidade de uma atividade de lazer.

As imposições de consumo estabelecidas pelo mercado através de propagandas, incentivo a utilização de materiais distintos e exclusivos predispõe nos sujeitos sociais o interesse em obter tais proveitos nos serviços, além de estimular nas pessoas a necessidade de dispor de recursos econômicos para possibilitar o seu descanso, divertimento, recreação, a prática de atividades físicas, esportivas e até mesmo as atividades ao ar livre.

Uma das tentativas de parcela da população de desviar-se dessas imposições mercadológicas seria a busca de práticas de lazer a partir, primariamente, da observação, não da prática que possui mais afinidade, mas a que dispõe de menor custo para realização, concebendo o lazer, não como um direito social, mas como uma prerrogativa de determinada parcela da população que possui um poder aquisitivo mais elevado.

Essas predisposições acabam por direcionar os indivíduos da sociedade a ocupar cada um dos espaços de lazer disponíveis na cidade, essa disparidade na apropriação dos espaços de lazer é visível ao percorrermos por esses ambientes. Os espaços e equipamentos de lazer dispostos nas áreas reconhecidas como áreas nobres da cidade se encontram em melhor estado de conservação, no entanto solicitam alguma taxa para entrada ou para utilização de algum dos equipamentos disponíveis, o que se apresenta como mais uma barreira de apropriação por parte das demais pessoas que compõem a sociedade.

Enquanto ao transitar pelos caminhos dos bairros periféricos da cidade pode-se observar o oposto quanto a diversos aspectos que favorecem a utilização dos espaços e equipamentos de lazer disponíveis nas áreas, como o estado de conservação, questões ligadas a iluminação e segurança pública. O que pode ser limitante tanto para a apropriação desses espaços, até mesmo para que esse espaço possa ser reconhecido pelos moradores como espaços de lazer, o que pode ser constatado por meio das respostas dos moradores acerca da percepção desses no que concerne ao bairro da Liberdade dispor de espaços de lazer suficientes para toda a comunidade, representadas pelo gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3: Acredita que o bairro da Liberdade possui espaços de lazer suficientes para toda a comunidade? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.



Fonte: Elaboração da Autora

Como certificado através da representação gráfica, houve uma quantidade expressiva de moradores que acreditam que o bairro da Liberdade não possui espaços de lazer suficientes para toda a comunidade, para 94,06% dos moradores os espaços de lazer dispostos no bairro não são o bastante para atender as necessidades de lazer de todos os moradores do bairro, apenas uma minoria de 5,94% considerou satisfatória a quantidade de espaços de lazer.

A partir daí foi feito o questionamento sobre como os moradores do bairro da Liberdade se sentem quando frequentam o(s) espaço(s) de lazer disponíveis no bairro, alguns demonstraram satisfação e bem-estar ao ocupar esses espaços:

Morador 2: “Bem”; Morador 4: “Alegre”; Morador 12: “Animado”; Morador 14: “Desestressado.”; Morador 16: “mais ou menos bem”;

No entanto, um número considerável de participantes relataram não se sentirem em plena segurança para se apropriar dos espaços, como visto adiante:

Morador 1: “Insegura”; Morador 3: “Insegura”; Morador 8: “Poderia ser melhor se tivéssemos apoio”; Morador 10: “bastante inseguro”; Morador 11: “Onde elas ficam localizadas, não tem um pingão de segurança”;

Percebe-se que muitos moradores relatam como fator que interfere na motivação de ocupar esses espaços, é a presença cada vez mais latente do tráfico de drogas, as pessoas mostraram-se desmotivadas a frequentar alguns espaços disponíveis no bairro por sentirem falta de segurança. De acordo com Silva *et al.* (2012, p.162), esses espaços são significativos para as pessoas pois “possibilitam o convívio social”, “melhorar a relação homem-natureza”, possibilitar “diferentes oportunidades de lazer, podendo vir a ser “ um local propiciador de qualidade de vida, socialização e saúde”.

Um dos moradores destacou a ausência de profissionais capacitados para auxiliar por meio de orientação adequada quanto a utilização dos equipamentos dispostos nos espaços:

Morador 7: “apesar de ter alguns equipamentos faltam profissionais para orientar o uso correto destes”;

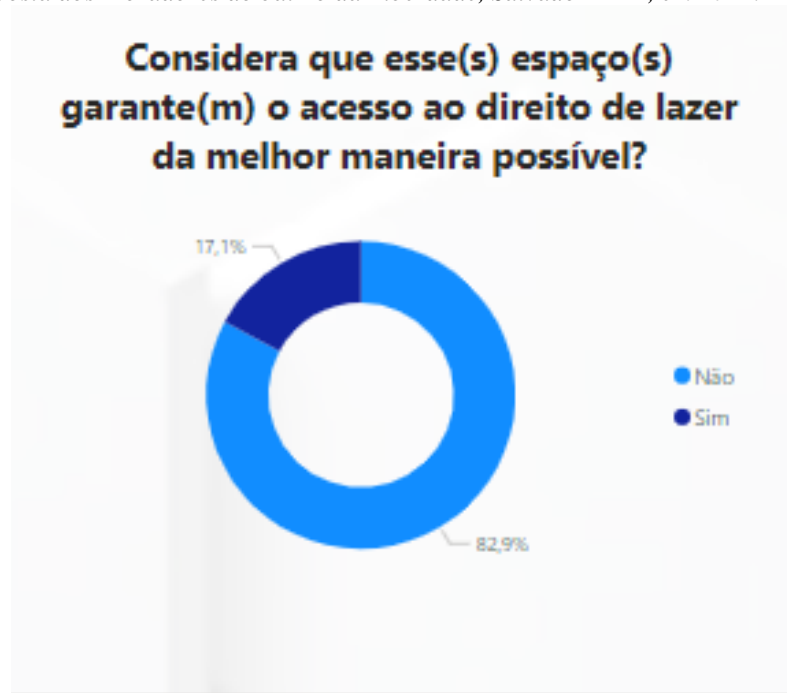
Em uma pesquisa semelhante, Santos (2019), atestou que as pessoas que fazem a utilização de espaços públicos e dos equipamentos dispostos nesses, acreditam ser imprescindível a presença de um profissional devidamente capacitado para orientar a utilização do espaço e dos aparelhos disponíveis da melhor maneira possível.

Um ponto de destaque é que apesar de moradores do bairro, boa parte desses participantes responderam que não fazem utilização dos espaços dispostos no bairro como é possível observar nas falas dos moradores a seguir:

Morador 6: “não frequento”; Morador 15: “Não frequento”; Morador 18: “Não frequento”;

Diante disso, apesar do lazer apresentar-se em nossa legislação, é questionável se todas as possibilidades desse direito são compartilhadas e usufruídas por todas as pessoas. Relacionado a isso 82,9% dos moradores não consideram que os espaços de lazer do bairro da Liberdade garantem o acesso ao direito de lazer da melhor maneira possível, enquanto 17,1% consideram o contrário, como nota-se no gráfico 4:

Gráfico 4: Considera que esse(s) espaço(s) garante(m) o acesso ao direito de lazer da melhor maneira possível? Resposta dos Moradores do bairro da Liberdade, Salvador – BA, em 2022.



Fonte: Elaboração da Autora

As respostas negativas a esse questionamento na maioria das vezes se dão por questões ligadas a disponibilização dos espaços e equipamentos, de acordo com os moradores: Morador 2: “Falta parceria privada”; Morador 4: “Não tem espaços adequados”; Morador 6: “Porque não tem nada”; Morador 7: “falta seriedade na disponibilização desses espaços e equipamentos e política séria para aplicação destes e espaços que atendam a demanda de todo público-alvo como exemplo quadra poliesportiva”; Morador 10: “porque não tem muitos lugares de lazer”; Morador 12: “Pois não possui de fato muitos espaços para o lazer e entretenimento.”; Morador 16: “estão em estado de degradação”;

Como constatado por Bartolo, Batista e Ribeiro (2018, p. 582), “a ausência de cuidados com estes locais, como a manutenção de equipamentos como bancos, a arborização, iluminação, dentre outros fazem com que a população não use a praça deixando-a entregue ao vandalismo e a usos perigosos como os pontos de droga e prostituição”

No que concerne a importância desse(s) espaço(s) para os moradores do bairro da Liberdade, esses responderam: Morador 1: “Para que meu filho possa fazer novos amigos e viver a fase da interação”; Morador 2: “Segurança”; Morador 3: “Imensa, pois tenho que ir para outro bairro fazer exercícios e passeios”; Morador 6: “não tem importância nenhuma, se

não tem”; Morador 7: “são importantes embora não atenda a todos os públicos”; Morador 8: “muita foi aonde eu cresci e hoje vejo meus filhos aproveitando o espaço”; Morador 10: “é essencial pra quem não tem alguns desses acessórios em casa e deseja fazer alguma atividade física.”; Morador 15: “Caso estivesse utilizando, seria muito importante para a saúde física e mental”;

Para melhor compreender a importância do lazer, faz-se necessário, como recurso primordial para possibilitar o acesso da população a este direito, o desenvolvimento de políticas públicas que disponibilizem programas e ações, para que os indivíduos possam ocupar diversos espaços públicos ou não destinados ao lazer.

Quando questionados a respeito de como deveria ser o espaço ideal para que todos da comunidade possam vivenciar o lazer da melhor forma, cada um dos moradores individualmente consideram que o espaço ideal deve garantir essencialmente segurança aos frequentadores, limpeza e conservação dos espaços e equipamentos: Morador 1: “Um local seguro para todos”; Morador 8: “para que algum dia aconteça temos primeiro que conscientizar a comunidade entre si por questão de segurança (facções) hoje cada comunidade cuida do seu próprio lazer”; Morador 10: “um lugar tranquilo, com uma segurança reforçada, e com a limpeza adequada”; Morador 12: “Praças, espaço infantil, estabelecimentos afins da alimentação festas seguras e etc”; Morador 18: “Um local seguro e com bastante espaço”;

Outros moradores associaram o lugar ideal a um espaço voltado a fomentar o desenvolvimento de atividades voltadas ao público de modo geral, possibilitar a relação entre os indivíduos, destacando principalmente a melhoria das instalações: Morador 2: “Ação social”; Morador 3: “Aberto ao público”; Morador 4: “Uma área ampla com vários tipos de atividades destinadas ao público”; Morador 7: “espaços que atendam a toda faixa etária e necessidades específicas”; Morador 11: “Um lugar com bastante área, ou mais praças com quadras, aparelhos para exercícios, enfim, uma boa distribuição dessas áreas de lazer pelos arredores, faria muito bem para a sociedade”; Morador 13: “Um espaço cultural cinemas”; Morador 16: “Uma área com todo tipo lazer e entretenimento”; Morador 17: “Mais espaço”;

É válido salientar a fala de moradores que atribuem aos órgãos governamentais a incumbência de proporcionar o espaço de lazer ideal para seus frequentadores, evidenciando que para obter um espaço de lazer ideal faz-se necessário o investimento financeiro de tais partes, bem como o desenvolvimento e implementação de projetos: Morador 6: “se tivesse mais ajuda do governo e da prefeitura, deveria arcar financeiramente, investimento”; Morador 15: “O espaço baseado em exemplos de projetos que já deram certo em todo o mundo”;

Para Carrano (2003), um exemplo de espaço educativo externo aos ambientes formais

de ensino são as cidades, conforme o autor a cidade configura-se como um lugar que propicia a relação social e dá sentido a sociedade e por possibilitar essas relações. Trata-se de um espaço educador por meio da pluralidade sociocultural da juventude que a frequenta, bem como apresenta-se como o principal ambiente para possibilitar em seus espaços públicos o acesso dos indivíduos da sociedade a experienciar os seus direitos, como aproximar-se de espaços de lazer.

Esse, caracteriza-se por ser um ambiente educacional voltado para os interesses da sociedade “porque não só define a própria organização como permite clarificar o papel dos agentes e instituições, recursos e equipamentos que confluem na experiência e convivência social” (Villar, 2001, p. 15,16). Nesse sentido Villar (2001, p.19), atribui a cidade como um lugar que “por contar com suficiente coesão e equilíbrio social, permite o enriquecimento das relações dos habitantes entre si e com o seu meio”.

Analisando as cidades como ambientes que devem ser destinados à população, e assegurados a todo e qualquer sujeito, sem que haja qualquer distinção entre esses, voltadas ao desenvolvimento de variadas experiências sociais, que possibilitem a relação entre todos os indivíduos (SILVA, 2011). Os espaços disponíveis na cidade encontrando-se nas áreas periféricas ou não, além de proporcionar as práticas de lazer, podem configurar-se como espaços educativos, através da educação não formal, uma vez que esses espaços apresentam-se como meios capazes de promover ensino e aprendizagem mediante as relações entre os sujeitos.

Enquanto em lugares das cidades, como na periferia, houver escassez de equipamentos específicos ou espaços adequados para as práticas de lazer a sociedade o acesso a informação e conhecimento e a construção do ser social vão ser restringidos. Esses lugares e tais práticas devem ser asseguradas, pois participar das mesmas propicia ao indivíduo o desenvolvimento “individual e socialmente como ser humano, condições estas que auxiliam no seu bem-estar e participação mais ativa no atendimento de necessidades e aspirações de ordem individual, familiar, cultural e comunitária” (CHEMIN, 2009, p.172).

É preciso garantir que as pessoas tenham acesso à diversidade de instrumentos, de equipamentos e espaços destinados ao lazer e que a participação dos indivíduos neste fenômeno aconteça respeitando as suas escolhas e as suas individualidades, proporcionando assim, capacidade crítica e formação cultural. Nesse sentido, Mascarenhas (2004), defende através da conceituação de “lazerania”, que o lazer deixe de ser um privilégio voltado para os detentores de poder, mas assegure a cidadania e garanta a participação da sociedade:

A idéia de “lazerania”, ao mesmo tempo em que procura expressar a possibilidade de apropriação do lazer como um tempo e espaço para a prática da liberdade, isto é, para o exercício da cidadania, busca traduzir a qualidade social e popular de uma sociedade cujo direito ao lazer tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico (MASCARENHAS, p. 74-75).

As ações e atividades de lazer proporcionadas através da educação não formal, poderão propiciar tal acesso democrático para as pessoas, essa realizada mediante a participação nas atividades em diversos campos de interesse, quais sejam: artísticos; intelectuais; físico-esportivos; manuais; sociais; turísticos e virtuais (SILVA; SILVA, 2012). Cada um desses campos diz respeito à disposição dos indivíduos de desenvolver atividades específicas experienciadas de acordo com cada uma das determinadas dimensões essenciais do lazer e seus interesses.

Para Silva (2011), os espaços determinados como sendo espaços públicos de lazer devem ser capazes de garantir o livre acesso da população em sua totalidade, propiciar possibilidades diversas, favorecer a relação entre as pessoas e dessa maneira assegurar um lugar carregado de significado, pertencimento e valor para todos os indivíduos que compõem a sociedade, sem ocorrer qualquer exceção ou distinção entre os integrantes da sociedade e desse modo ser cada vez mais apropriado:

Portanto, o espaço de lazer é capaz de gerar relações individuais e coletivas, proporcionando o bem-estar, benefícios à saúde, qualidade de vida e convivência entre os habitantes da cidade. Sendo assim, a disponibilidade e o acesso aos espaços de lazer podem conceber novas relações sociais, pois, quanto maior o rol de experiências positivas que o lugar possa oferecer, maior será o número de usuários (SILVA, 2011, p.13).

Oportunizar a educação pelo lazer através da participação nas atividades de lazer e no desenvolvimento de políticas públicas “são vitais para a transformação da realidade social, para o combate à exclusão social e cultural e para a criação de uma cultura da paz, que deve ser feita pelo acolhimento e pela solidariedade” (BERTONCHELLI, 2001 *apud* CHEMIN, 2009, p.173).

A educação não é só conteúdo, é um processo formativo, um processo de formação para a mudança da sociedade, a educação pelo lazer através da educação não formal é uma educação para a cidadania, onde o sujeito vai ter acesso a um processo formativo e dar-se conta dos seus direitos.

A educação precisa ser transformadora, essa transformação pode ocorrer através da participação dos indivíduos que compõem a sociedade nas atividades de lazer em ambientes

educacionais não formais, onde essas pessoas vão poder ter acesso a informação, o conhecimento, compreender os seus direitos e assim vir a modificar o paradigma social e cumprir o real papel da educação.

A fim de auxiliar nesse processo formativo, a educação pelo lazer através da educação não formal evidencia a construção de valores, salientando a formação dos valores sociais, dos valores culturais, da construção da identidade, do desenvolvimento humano e social. É através das práticas de lazer, a partir das interações entre as pessoas e a participação nas atividades de lazer que vai ocorrer o processo de aprendizagem, o desenvolvimento crítico, pessoal, cultural e social.

Diante disso, entende-se que o fenômeno lazer é fundamental e para que seja possível acessar esse direito em toda a sua amplitude é de suma importância que esse seja desvinculado do caráter de consumo imposto pelo mercado e direcionado para os campos de interesse de cada indivíduo para então proporcionar inúmeros benefícios para os atores sociais.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A periferia é um espaço que comumente recebe inúmeros estereótipos relacionando esse a um lugar pobre, com pouco ou nenhum saneamento básico, carente de educação, com moradias precárias, que possui índices de violência elevado e considerado como um lugar predominantemente habitado por indivíduos de alta periculosidade, no entanto a periferia não se resume a isso.

Pensando no bairro periférico aqui estudado, o bairro da Liberdade, trata-se de um lugar muito significativo para a cidade de Salvador, que além de destacar-se pela relevância para história do estado da Bahia e para o Brasil por fazer parte diretamente na luta pela Independência, carrega até hoje grande evidência possuindo meios para a manutenção da vida dos seus moradores, como uma área centralizada da cidade, dispo de estabelecimentos variados: clínicas de saúde, escolas, farmácias, supermercados, feira de frutas e verduras, academias, praças.

Além de destacar-se por trazer em sua numerosa população, comum a um dos bairros mais populosos da cidade de Salvador, a diversidade observada através dos seus inúmeros moradores, por priorizar, sobretudo, a cultura demonstrada através das suas cores, vitalidade, seus espaços, centros e associações culturais.

A presente pesquisa, foi desenvolvida considerando a importância dos espaços de lazer da cidade e a influência que esses podem exercer na vida dos moradores das cidades, evidenciando os lugares periféricos como o bairro da Liberdade. Para uma melhor compreensão desse aspecto, foram identificados através das respostas dos moradores que participaram da pesquisa, os espaços que esses consideram de lazer no bairro.

Nesse sentido, foram pontuados lugares dos mais diversificados, em sua maioria foram citados espaços públicos como: praças, quadras, instituições, associações, escolas, embora tenham surgido alguns espaços particulares e pontos comerciais, como: bares, casa de shows e até restaurantes; houveram algumas respostas nas quais os moradores acreditam que não são contemplados com espaços de lazer no bairro ou não conseguem observar os lugares disponíveis como locais propícios para prática de atividades de lazer.

Cada morador mencionou praticar diferentes tipos de atividades nesses espaços, variando desde práticas físico-esportivas, desfrutar da companhia de familiares e amigos, muitos relataram optar por frequentar os espaços do bairro por não ter outra opção de lazer acessível à disposição no bairro, ou os escolheram devido a proximidade com suas residências e até por considerar o fluxo de pessoas que fazem uso dos espaços.

Os moradores destacaram o desejo de que os espaços do bairro da Liberdade sejam mais valorizados, pois esperam que junto com seus familiares possam usufruir de um espaço

que possibilite uma maior interação entre as pessoas, a utilização dos equipamentos de forma plena, sem que haja necessidade de deslocamento para outro lugar da cidade, com maior segurança e ambientes qualificados, pois possuem uma relação de forte apego emocional com o bairro e seus espaços físicos e anseiam por melhorias nesses lugares.

Diante dessa perspectiva, pensando que os espaços das cidades, essencialmente os espaços públicos de lazer podem vir a visar e garantir aos cidadãos o acesso aos direitos sociais, como o lazer, sendo esses então capazes de proporcionar a partir das vivências nesses lugares, um contexto de educação através da educação não formal, que possibilita a interação entre as pessoas, transformação mediante a troca de valores, do contato com diferentes culturas e conhecimentos, por meio das relações interpessoais e da socialização. Entende-se como impreterível a necessidade de que sejam ofertados para os moradores de bairros periféricos espaços e equipamentos adequados, de modo que possa vir a superar a fragilidade de coisas básicas e essenciais para que sejam assegurados de forma igualitária os direitos dos cidadãos.

Desse modo, acredita-se que quando o lazer assegurado como um direito social é alcançado por todos os indivíduos, em todo e qualquer ambiente citadino, como as áreas da periferia aqui mencionadas, as vivências possibilitadas nesses espaços de lazer têm diversas influências na vida daqueles que as experienciam, tendo um significativo impacto na formação dos moradores que os frequentam.

Diante do exposto nos capítulos, foi possível observar que o lazer, previsto constitucionalmente como um direito fundamental para a vida humana, reconhecido internacionalmente como uma necessidade básica e mencionado como uma essencialidade em diversos estatutos. No entanto, carece de uma descrição mais precisa e detalhada pelos meios legais, a fim de a partir de uma delimitação minuciosa, viabilizar a garantia desse direito com equidade para toda a sociedade.

Uma vez que a partir dos resultados obtidos mediante a pesquisa de campo realizada com os moradores do bairro da Liberdade apontam que a maioria dos participantes não souberam definir o que é um direito social ou relataram não ter certeza do que se trata. Isso pode dificultar, tanto que esse direito venha a ser vivenciado, quanto que os atores sociais possam pleitear que ele venha a ser plenamente garantido por parte dos poderes governamentais.

Historicamente o lazer apresenta definições divergentes, contudo por meio dessas conceituações diversas é possível observar uma paridade no que diz respeito a considerá-lo enquanto um direito. Seja como um direito do trabalhador, experienciado no tempo livre,

como uma compensação cujo intuito é revigorar as forças para o retorno das atividades laborais, seja como um direito de todo e qualquer cidadão, visando o desenvolvimento social, histórico e cultural dos indivíduos. Ponto esse que pôde ser observado também nas respostas dos moradores do bairro da Liberdade quando questionados quanto ao significado do lazer.

Para cada indivíduo do bairro da Liberdade que respondeu a pesquisa o lazer possui um significado próprio, seja esse ligado a atividades esportivas, ao descanso, de leitura, a participação em eventos culturais, passar um tempo com familiares e amigos, práticas de atividades e visitação a lugares nos quais preferencialmente não precisem de despesas monetárias para que possam ser exercidos e frequentados. Ressalta-se que independente da maneira em que será vivenciado a grande maioria dos moradores da Liberdade mesmo divergindo quanto a sua definição, consideram o lazer como um direito.

A realização das práticas de lazer deve ter por finalidade garantir a população, não só de maneira pontual, individualmente, mas de forma acessível para toda a sociedade nos mais distintos ambientes, com a finalidade de propiciar transformações nas relações, valores e organização social. Proporcionados pela aproximação dos atores sociais aos mais diversos campos de interesse de sua livre escolha e proporcionado de maneira mais ampla possível.

Entende-se que o conjunto de princípios estritamente indispensáveis previstos legalmente como direito, entre eles o lazer, devem ser oportunizados para a sociedade através da construção dos ambientes citadinos, entre esses, os espaços diversos de lazer como praças públicas e equipamentos de lazer dispostos nas cidades, sem que a sua utilização seja atrelada a relações de consumo, a valores financeiros e mercadológicos, mas que essa apropriação propicie pluralidade, relações interpessoais e valores morais. Esses fatores são decisivos para que o lazer se concretize como um direito social.

Constatou-se então que, atualmente tais práticas vem passando por uma significativa influência do mercado, na qual a relação de consumo apresenta-se mais expressivamente, tornando-se um fator decisivo para oportunizar que a população venha a experimentar as práticas de lazer.

O fenômeno lazer observado pelo ponto de vista comercial é encarado considerando propagandas, jogadas de marketing, visando essencialmente a venda de produtos, pacotes, kits, ingressos, ao invés de pensar a prática, a experiência que determinada atividade poderá proporcionar. Essas imposições comerciais impactam na determinação de quem irá frequentar os ambientes e realizar as atividades de lazer, dessa maneira é imprescindível que o lazer seja desvinculado do caráter mercadológico e esteja mais voltado a princípios humanos e culturais, ao alcance de todos e de acordo com o campo de interesse de cada um dos atores sociais.

Ainda que compreendido de maneira frágil pela maioria dos participantes, o direito ao lazer vivenciado por meio dos equipamentos sociais, propiciam a interação social, a troca de conhecimentos, valores por meio da relação interpessoal e o desenvolvimento em diversos âmbitos, onde os espaços que propiciam essas experiências podem apresentar-se como ambientes formativos mediante a educação não formal e vir a suprir essa carência de informação ao orientar as pessoas considerando a educação pelo lazer.

O lazer deve ser oportunizado pelas esferas governamentais a todas as camadas da sociedade em sua totalidade de maneira igualitária, inclusive nas áreas periféricas. Para isso, faz-se necessário que os gestores compreendam a necessidade de implementação de políticas públicas específicas que visem oportunizar lugares como os espaços de lazer que se adequem as necessidades dos seus frequentadores.

É preciso proporcionar a esses um ambiente que garanta a segurança tanto na utilização dos seus equipamentos, quanto na participação das atividades e durante a permanência das pessoas nesses espaços. É imprescindível o estabelecimento de espaços que conforme idealizado pelos moradores, tenham equipamentos em bom estado de conservação, passem por constante manutenção, tenham limpeza adequada, possuam atrativos para aproximar as pessoas e realize atividades que incentivem e promovam sua apropriação, o que já deveria estar sendo praticado conforme previsto na legislação.

Quando a viabilização é realizada através de um espaço adequado para toda a população conforme estabelecido por meio da implementação de leis supracitadas, a educação e o aprendizado proporcionados pelo lazer a partir da participação nas atividades e a apropriação dos espaços de educação não formais pode, sobretudo, propiciar o desenvolvimento crítico dos indivíduos.

A partir das discussões aqui realizadas, observou-se que as políticas públicas configuram-se como um recurso primordial para viabilizar os direitos sociais, dentre eles o direito ao lazer, e o acesso a espaços e equipamentos específicos ou não de lazer à população, empregues mediante o desenvolvimento de programas, projetos e ações e aqueles que ofertam práticas diversas de cultura, educação, lazer, promover um ambiente de ensino e aprendizagem aos cidadãos.

O desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas, mostra-se como uma maneira eficaz de possibilitar o suprimento das necessidades supracitadas nesses lugares e requerer que os direitos sociais, como as vivências do lazer, sejam assegurados aos moradores desses espaços equitativamente, faz-se necessário conduzir o olhar para as áreas periféricas e para as atividades práticas experienciadas nesses lugares, estimular a promoção de programa,

projetos, ações e fomentar a abordagem da temática em torno das regiões periféricas pela literatura científica a fim de dar visibilidade a periferia e viabilizar melhorias na qualidade de vida dos seus moradores.

Diante dessa perspectiva, para possibilitar a implementação de políticas públicas que visem oportunizar tais benefícios a população, torna-se necessário o estabelecimento e manutenção de espaços que configuram-se como locais destinados para o desenvolvimento de atividades de lazer, como por exemplo parques públicos, centros sociais, praças públicas, quadras poliesportivas, dentre outros ambientes dispostos na cidade que possibilitem o livre acesso da população aos mesmos.

É, portanto, de suma importância possibilitar o lazer para todas as pessoas da sociedade, não só nas áreas centrais das cidades, mas faz-se necessário viabilizar lazer, estimular, conscientizar e apoiar suas manifestações inclusive nos lugares estigmatizados, carentes de uma melhor infraestrutura, como nas áreas periféricas.

Para isso, é preciso haver por parte dos gestores das políticas públicas a conscientização de tais necessidades, para que possam possibilitar a implementação de espaços voltados ao fomento de educação e lazer, bem como estimular a apropriação dos mesmos por parte de toda a sociedade e incentivar a produção tanto de estudos, quanto de políticas públicas voltados a discutir cientificamente os espaços, programas e ações sociais de lazer, bem como a promoção da educação pelo lazer nesses ambientes de educação não formal.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. P. de; MARCELLINO, N. C. *O Lazer, a Periferia da Metrópole e os Jovens*. Licere, Belo Horizonte, v.14, n.2, jun/2011.

ATHAYDE, P. F. A. *O direito ao lazer e as novas expressões da “questão social” frente à (ir)realidade brasileira*. Licere, Belo Horizonte, v.16, n.2, 2013.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: edições, 70, 225, Lda. 1977.

BARTOLO, C. A. de; BATISTA, R. P.; RIBEIRO, B. S. *Espaços Públicos e Paisagem Urbana: Breves Apontamentos Sobre Uso e Apropriações das Praças*. VI Congresso em Desenvolvimento Social. Minas Gerais. 14-16 ago, p.573 – 586. 2018.

BERTONCHELI, M. N. *Cultura*. In: *Guia do Administrador Municipal: orientações e procedimentos para uma gestão eficiente*. Famurs (Org.). Porto Alegre: Mercado Aberto/Famurs, 2001. p.114-130. In: CHEMIN, Beatris Francisca. *A educação para e pelo lazer no âmbito municipal*. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 2009.

BIANCONI, M. L.; CARUSO, F. *Educação não-formal*. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 57, n. 4, p. 20, Dec. 2005.

BRAMANTE, A. C. *Lazer: Concepções e Significados*. Licere, Belo Horizonte. v.1, n.1. p.9-17, 1998.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06/01/2021 às 14:07

CARRANO, P. C. R. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 180p. 2003.

CHEMIN, Beatris Francisca. *A educação para e pelo lazer no âmbito municipal*. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 165-175, maio/ago. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR (DESAL). Em: <https://desal.salvador.ba.gov.br/pracas/page/2/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

COUTINHO, C. N. *Cidadania e modernidade*. Perspectivas, São Paulo, 22: 41-59, 1999.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FLAUSINO, M. S.; MASCARENHAS, F. *O direito ao esporte e lazer: apontamentos críticos à sua mistificação*. Licere, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, 2012.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. *Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2008.

- GADOTTI, M. *A questão da educação formal/não-formal*. In: *Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes ou problème sans solution?* Institut international des droits de l'enfant, Sion. Anais... Sion: [s. n.], 2005. p. 1-11. 2005.
- GEHL, J. *Cidade para pessoas*. Tradução Anita Di Marco. 2º ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GHANEM, E.; TRILLA, J.; ARANTES, V. A.(org.). *Educação formal e Não-Formal*. Editora Summus. São Paulo. p. 15-58. 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, M. G. *Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, Mar. 2006.
- GOHN, M. G. *Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social*. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 28-43, jan/abr. 2009.
- GOHN, M. G. *Educação não formal: direitos e aprendizagens dos cidadãos (ãs) em tempos do coronavírus*. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.7.7. p. 9-20. 2020.
- GOMES, C. L. *Lazer: Necessidade humana e dimensão da cultura*. Revista Brasileira de Estudos do Lazer. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LACERDA, P. J. C.; LARA L. M. *O estado do conhecimento em políticas públicas de lazer como direito e reconhecimento social no brasil*. Licere, Belo Horizonte, v.22, n.3, 2019.
- LEITE, M. A.F.P. *Um sistema de espaços livres para São Paulo*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 25, n. 75, p. 159-174, jan./abr. 2011.
- LEITE, D. M. T. *O Lazer da Juventude como Prática de "Liberdade" no Bairro da Liberdade*. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, Bahia. 2012.
- LIMA, D. M. M. C. de. *A Violência Urbana e a Sensação de Insegurança nos Espaços Públicos de Lazer das Cidades Contemporâneas*. Geoconexões, [S. l.], v. 2, p. 15–26, 2015.
- LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa Em Educação: Abordagens Qualitativas*. - [2º. ed.]. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro : E.P.U., 2018.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e Educação*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.
- MARCELLINO, N. C.(Org.). *Lazer e educação*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1995.

MARQUES, J. B. V.; de FREITAS, D. *Fatores de caracterização da educação não formal: uma revisão da literatura*. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1087-1110, out./dez., 2017.

MASCARENHAS, F. *“Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado*. Movimento, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 73-90, mai./ago. 2004.

MASCARENHAS, F. *Lazer e utopia: limites e possibilidades de ação política*. Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p.155-182, 2005.

MENDONÇA, E. M. S. *Apropriações do Espaço Público: alguns conceitos*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=periferia>. Acesso em: 05/10/2022.

MINAYO, C. S. M. (org); DESLANDES, SF; CRUZ NETO, O; GOMES, R. *Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes. 21. Edição. 2002.

PREFEITURA DE SALVADOR. Plano Plurianual em: http://casacivil.salvador.ba.gov.br/orcamentos/PPA_2018_2021/include/files/8-%20REGIONALIZA%C7%C3O.pdf. Acesso em: 10 de fevereiro de 2023.

RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 2003. 189f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação Física, Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 2003.

RECHIA, S. *Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba*. Movimento, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, 2005.

RODRIGUES, M. P.; TSCHOKE, A.; DRULA, A.; RECHIA, S. *Espaços de lazer de Curitiba-PR: entre a especificidade e a diversidade*. Licere, Belo Horizonte, v.17, n.3, 2014.

SANTANA, R. L. F. De; ALVES, J. A. *Apropriação e uso dos espaços de lazer da população curraisnovense*. Licere, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, 2014.

SANTINI, R. C. G. *DIMENSÕES DO LAZER E DA RECREAÇÃO Questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo: Editora Angelotti Ltda, 1993.

SANTINI, R. de C. G. *Dimensões do lazer e da recreação – questões espaciais, sociais e psicológicas*. São Paulo : Angelotti, 2003.

SANTOS, A. C. C. dos. *Espaços Públicos De Lazer: análise da percepção do usuário sobre o uso e apropriação da academia ao ar livre do Dique do Tororó*. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Licenciatura em Educação Física, Faculdade de Educação/UFBA, Salvador - BA, 2019.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. Editora Hucitec, São Paulo. p. 157, 1993.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*/Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. *O Espaço Dividido, os Dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Desenvolvidos*. Livraria Francisco Alves, Rio de Janeiro. p. 317. 1979. In: GUIMARÃES, L. da S. *Periferia e Espaços Periféricos: Notas Gerais*. Revista Perspectiva Geográfica - Marechal Cândido Rondon, v. 10, n. 13, p. 109-118, jul.-dez., 2015.

SILVA, C. L. da; SILVA, T. P. *Lazer e educação física: textos didáticos para a formação de profissionais do lazer*. (Coleção Fazer/Lazer). Campinas, SP: Papirus, 2012.

SILVA, E. A. P. C. *O lugar de lazer na cidade: um espaço de diálogos e vivências*. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação Física, UPE/UFPB, Recife, 2011.

SILVA, E. A. P. C. da; OLIVEIRA, L. S.; SILVA, P. P. C. da; ARAÚJO, B. M. R. de; CAMINHA, I. O.; FREITAS, C. M. S. M. de. *Sociedade, cultura e saúde: motivação na utilização do espaço público de lazer*. Artigos Originais, Porto Alegre, v. 18, n. 01, p. 171-188, jan/mar de 2012.

SILVA, E. W. O. da; LIMA, K. O.; LIMA, A. J. S.; SANTOS, M. J. C. dos. *A aplicação da lei de incentivo à cultura na democratização do acesso ao lazer*. Licere, Belo Horizonte, v. 24, n. 1, 2021.

TSCHOKE, A.; MARANHO, M. C.; RECHIA, S. *Espaço público de esporte e lazer: o espaço do (des) encontro da comunidade*. Anais do V Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte. UIVALI – Itajaí– SC, 2010.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. In: RECHIA, S. *Parques públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer*. 2003.

VILLAR, M. B. C. *A Cidade Educadora: Nova perspectiva de organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

APÊNDICE

Apêndice A - Questionário Estruturado via *Google Forms* para os Moradores

Informações Pessoais

E-mail:

Idade:

Gênero:

Feminino Masculino Outro

Reside no bairro da Liberdade:

Sim Não

Qual a sua escolaridade?

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino superior completo |
| <input type="checkbox"/> Outro | |

Qual a sua profissão?

Qual a renda familiar?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Menos de um salário mínimo por pessoa | <input type="checkbox"/> Até um salário mínimo por pessoa |
| <input type="checkbox"/> Até dois salários mínimos por pessoa | <input type="checkbox"/> Três salários mínimos ou mais por pessoa |

Quantas pessoas moram na sua casa?

Tem crianças?

Sim Não

Se sim, qual a idade dessas crianças?

Significado de Espaços de Lazer

2. O que você define como lazer?
3. Para você, o que seria um espaço de lazer?
4. Considera que no bairro da Liberdade existem espaços de lazer?
 - Sim
 - Não
5. Quais os espaços ou instituições do bairro da Liberdade você definiria como espaço de lazer?
6. Quais os espaços de lazer do bairro da Liberdade você costuma frequentar?
7. Há quanto tempo você frequenta esse(s) espaço(s)?

Direito ao Lazer Através dos Espaços

1. Você sabe o que é um direito social?
 Sim
 Não
2. Como você definiria direito social?
3. Alguma vez ouviu falar que o lazer é um direito?
4. Para você, de quem é a obrigação de garantir o lazer?
5. Acredita que o bairro da Liberdade possui espaços de lazer suficientes para toda a comunidade?
6. Considera que esse(s) espaço(s) garante(m) o acesso ao direito de lazer da melhor maneira possível?
 Sim
 Não
Por que?
7. Para você, como deveria ser o espaço ideal para que todos da comunidade possam vivenciar o lazer da melhor forma?

Apropriação dos Espaços de Lazer

1. Quantas vezes costuma frequentar os espaços de lazer do bairro da Liberdade?
2. Quais são as atividades que você participa/pratica nesses ambientes?
3. Qual a importância desse(s) espaço(s) para você?
4. Está satisfeito com a estrutura e equipamentos disponíveis nesse(s) lugar(es)?
5. Como você se sente quando frequenta esse(s) espaço(s)?
6. Há quanto tempo você frequenta esse(s) espaço(s)?
7. Por que você escolheu esse(s) espaço(s) de lazer para frequentar?
8. Costuma frequentar esse espaço com alguém?
9. Você possui alguma ligação com esse espaço ou com as pessoas que conheceu nele?

ANEXOS

**Anexo I - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Questionário Online
via Google Forms**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Apropriação dos Espaços de Lazer pela Comunidade do Bairro da Liberdade: Entre o Direito Social e a Educação Não Formal

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Ana Caroline Candeias dos Santos

LOCAL DO ESTUDO: Salvador, Bahia

O(A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: “Apropriação dos Espaços de Lazer pela Comunidade do Bairro da Liberdade: Entre o Direito Social e a Educação Não Formal”. Trata-se de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado, da discente do curso de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), graduada em Licenciatura Plena em Educação física pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Ana Caroline Candeias dos Santos, sob orientação da Professora Dr.^a Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues (UFBA).

Durante todo o período da pesquisa você poderá tirar suas dúvidas por meio telefônico, ligando para as pesquisadoras envolvidas na pesquisa, Ana Caroline Candeias dos Santos e Emília Amélia Pinto Costa Rodrigues, através número de telefone: (71) 9 9350- 0680 e pelos seguintes e-mails: caroline.candeias@ufba.br e emiliaapcosta@gmail.com ou na Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia, localizada na Av. Reitor Miguel Calmon s/n, Vale do Canela, Salvador/BA.

Os dados coletados através do presente estudo são registrados de modo anônimo e confidencial, de forma que nenhuma informação obtida através deste poderá, nem será, utilizada para identificá-lo (a). Ao aceitar participar dessa pesquisa automaticamente estará aceitando o registro e a divulgação de forma anônima das informações coletadas em publicações científicas, apresentações em congressos e seminários científicos, assim como, da

publicação dos dados na dissertação resultante da pesquisa.

Qualquer dúvida sobre a ética dessa pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa - Escola de Enfermagem da UFBA da Universidade Federal da Bahia (CEPEE/UFBA), esse comitê possui como principal atribuição salvaguardar os direitos dos participantes da pesquisa, garantindo assim seu bem-estar, atuando para realizar a verificação dos riscos, benefícios e resguardar a dignidade humana. Está localizado na Rua Augusto Viana, s/n, Sala 435 – Campus do Canela - Salvador.CEP: 40110-060. Telefone: (71) 3283-7615 e-mail: cepee.ufba@ufba.br.

Em vista disso, caso você faça a opção de participar voluntariamente da pesquisa, você responderá um questionário online com perguntas abertas e fechadas, com duração aproximada de 20 minutos, a ser realizada em ambiente virtual através da plataforma *Google Forms*. **Destacamos aqui a importância de você registrar e guardar em seus arquivos uma cópia do presente documento, que pode ser feita através de prints ou fotos da tela do seu dispositivo.** Para efeito, é garantido o envio da via assinada pelas pesquisadoras ao participante da pesquisa através do e-mail podendo ser solicitada por meio dos endereços eletrônicos: caroline.candeias@ufba.br e emiliaapcosta@gmail.com, onde você, participante, terá acesso ao receber uma via de igual teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido sempre que solicitado.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUE VOCÊ PRECISA SABER

SOBRE A PESQUISA

Da temática da pesquisa: a pesquisa possui como temática principal a educação pelo lazer no contexto das áreas periféricas de Salvador, no Estado da Bahia, investigando as possibilidades da apropriação dos espaços de lazer, potencialidades dessa relação através da educação não formal e de que maneira esses espaços asseguram o lazer enquanto direito social;

Dos objetivos da pesquisa: identificar se os espaços considerados pelos moradores da comunidade do bairro da Liberdade como espaços de lazer garantem o acesso a esse tal direito, bem como compreender como e se ocorre a educação pelo lazer nesses espaços.

Das justificativas e motivações da pesquisa: a presente pesquisa motiva-se e justifica-se academicamente pela proposta de discussão e reflexão teórica acerca do tema lazer e

educação, visando tanto contribuir com a ampliação das discussões sobre o tema, quanto o preenchimento de lacunas constatadas através de revisão de literatura acerca das relações entre lazer e educação nas comunidades periféricas, e pela discussão proposta de debater o tema lazer como um direito em um contexto social privilegiando os moradores dos bairros da periferia.

Da composição dos questionários: os questionários são compostos por uma sessão de dados pessoais, como idade e gênero, não será solicitado ao participante o número de nenhum documento. Seguido de questões relacionadas à participação ou desenvolvimento de atividades de lazer, apropriação dos espaços de lazer e compreensão do lazer enquanto direito social.

Dos participantes da pesquisa: os participantes da pesquisa serão pessoas adultas, a partir dos 18 anos completos, que participem de alguma das atividades promovidas nos espaços de lazer do bairro da Liberdade, na cidade de Salvador-Bahia.

Do ambiente da pesquisa: a pesquisa será realizada por meio do ambiente virtual, através da plataforma *Google Forms*.

Dos custos e condições para a participação na pesquisa: a participação na pesquisa não envolve custos, tampouco compensação financeira aos participantes. É de responsabilidade dos participantes da pesquisa dispor do acesso à internet e dos equipamentos necessários para o acesso ao questionário como computador, tablet, smartphone, ou outros meios.

Dos procedimentos de pesquisa: você responderá um questionário autoaplicável com perguntas abertas e de múltipla escolha, disponibilizado através da plataforma *Google Forms*. O tempo necessário de resposta do questionário é de aproximadamente 20 minutos, tempo que poderá ser gerenciado pelo participante na pesquisa da forma que preferir, desde que não feche a página do questionário, pois, caso a página seja fechada, o questionário será descontinuado e deverá ser acessado novamente e reiniciado para dar continuidade às respostas. Caso alguma pergunta cause incômodo ou desconforto, o participante poderá deixar de responder o questionário, se assim desejar.

Da retirada do consentimento: você poderá entrar em contato através dos seguintes endereços eletrônicos: caroline.candeias@ufba.br e emiliaapcosta@gmail.com, a qualquer momento e sem prejuízos, para solicitar a retirada do seu consentimento e conseqüentemente a exclusão dos seus dados da pesquisa sem a necessidade de expressar justificativa, tendo as

pesquisadoras responsáveis, a obrigatoriedade de responder a solicitação. Em casos que não seja possível identificar os dados do solicitante, haverá a impossibilidade de exclusão dos dados fornecidos voluntariamente pelo participante na pesquisa. Esses esclarecimentos serão explicitados pelas pesquisadoras aos participantes da pesquisa sempre que solicitado, conforme descrito na carta circular do CONEP nº1/2021: “Nos casos em que não for possível a identificação do questionário do participante, o pesquisador deverá esclarecer a impossibilidade de exclusão dos dados da pesquisa durante o processo de registro/consentimento”.

Dos riscos da participação na pesquisa: a previsão de riscos é mínima, ou seja, o risco que você corre é relacionado a questões psicológicas, emocionais ou intelectuais se atendo a possibilidade de sentir indisponibilidade, desconforto ou desmotivação, falta de interesse, cansaço ou algum tipo de constrangimento para responder o questionário, decorrentes de uma possível reação às questões apresentadas, também há riscos de quebra de sigilo dos dados. Sendo assim, apesar das possibilidades de danos ao participante decorrentes da participação nessa pesquisa serem mínimas, todos os cuidados serão tomados para assegurar que isso não ocorra, em vista disso, o participante terá a faculdade de optar por suspender a sua participação na pesquisa a qualquer momento, será garantida a confidencialidade, a não estigmatização e a privacidade de todos os participantes.

Será assegurado sigilo absoluto a respeito das informações coletadas nessa pesquisa e quanto a identidade dos participantes, ficando essas restritas apenas ao acesso das pesquisadoras responsáveis, bem como será garantido ao participante o direito de desistência de participação na mesma sem que haja nenhum prejuízo. Todos os direitos previstos aos participantes de pesquisas com seres humanos serão garantidos, dessa maneira caso haja a ocorrência de algum tipo de evento adverso ou em caso de verificação por parte das pesquisadoras durante o processo de coleta de dados do aumento relativo aos riscos ou danos previstos ao participante da pesquisa, o fato será imediatamente comunicado ao Sistema formado pelo Comitê de Ética em Pesquisa e Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), para que seja apreciada a possibilidade de ajustes, ou ainda, a descontinuação imediata da pesquisa.

Dos danos e indenizações decorrentes da participação na pesquisa: Em acordo com as Resolução CNS nº 466 de 2012 (tópico V, v6 e v7) e a Resolução CNS nº 510 de 2016 (artigo 17, II), em caso de danos comprovados a partir da participação na pesquisa o pesquisador, o patrocinador e as instituições e/ou organizações envolvidas nas diferentes fases da pesquisa

deverão proporcionar assistência imediata, assim como, responsabilizar-se pela assistência integral aos participantes da pesquisa no que se refere às complicações e danos decorrentes da pesquisa. Os participantes da pesquisa que vierem a sofrer qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa, previsto ou não no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, têm direito à indenização, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa.

Dos benefícios da participação na pesquisa: integrar a pesquisa que visa entender e valorizar a educação pelo lazer e contribuir para a construção de possíveis benefícios sociais e culturais sobre o lazer nas comunidades periféricas. No entanto, nem sempre você será diretamente beneficiado com o resultado da pesquisa, mas poderá contribuir com o avanço da pesquisa científica.

Do acesso aos resultados parciais ou finais da pesquisa: caso deseje, poderá entrar em contato com as pesquisadoras e solicitar os resultados parciais ou finais, à medida que estes forem produzidos por meio de relatórios.

Da privacidade e confidencialidade: as pesquisadoras comprometeram-se por assegurar o anonimato, privacidade e confidencialidade dos seus dados. Zelando pela guarda dos dados em locais seguros e longe do alcance de terceiros. Após a conclusão da coleta de dados, a pesquisadora responsável também se compromete a fazer o download dos dados coletados para um pen drive, apagando todo e qualquer registro da plataforma virtual.

Consentimento Livre e Esclarecido

Após ter sido esclarecido(a) sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além de conhecer os riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para mim e ter ficado ciente de todos os meus direitos, aceito participar de livre e espontânea vontade da pesquisa “Apropriação Dos Espaços De Lazer Pela Comunidade Do Bairro Da Liberdade: Entre O Direito Social e a Educação Não Formal”, e autorizo a coleta, análise e divulgação dos dados coletados através das respostas por mim fornecidas.

Eu autorizo a coleta e divulgação dos dados

Assinatura do participante

Declaração da pesquisadora responsável

Como pesquisadora responsável pela pesquisa “Apropriação Dos Espaços De Lazer Pela Comunidade Do Bairro Da Liberdade: Entre O Direito Social e a Educação Não Formal”, declaro que assumo a inteira responsabilidade de cumprir fielmente os procedimentos estabelecidos metodologicamente e direitos que foram esclarecidos e assegurados ao participante desse estudo, assim como manter sigilo e confidencialidade sobre a identidade do mesmo.

Declaro ainda estar ciente que na inobservância do compromisso aqui assumido estarei infringindo as normas e diretrizes propostas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, que regulamenta as pesquisas envolvendo o ser humano.

Salvador, _____/_____/_____

Assinatura da pesquisadora responsável

Anexo II – Parecer de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER PELA COMUNIDADE DO BAIRRO DA LIBERDADE: ENTRE O DIREITO SOCIAL E A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Pesquisador: ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56885522.7.0000.5531

Instituição Proponente: Faculdade de Educação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.522.018

Apresentação do Projeto:

Trata-se de parecer de terceira versão.

O protocolo de pesquisa abordará "a educação pelo lazer no contexto das áreas periféricas de Salvador, no Estado da Bahia, investigando as possibilidades da apropriação dos espaços de lazer, potencialidades dessa relação através da educação não formal e de que maneira esses espaços asseguram o lazer enquanto direito social."

Quanto aos elementos metodológicos, a pesquisa será do tipo exploratória e qualitativa. O local de estudo escolhido foi: "a região periférica do bairro da Liberdade, em Salvador-BA, por apresentar-se como um bairro de elevada representatividade da cidade, que possui consideráveis espaços destinados a implementação de atividades voltadas ao incentivo da educação e do lazer para os moradores da comunidade".

Quanto aos grupos de pesquisa: "A pesquisa será realizada com dois grupos de participantes, sendo esses: os moradores do bairro da Liberdade, e os responsáveis pelos espaços de lazer citados pelos moradores (podendo esses ser: gestores, líderes comunitários, donos de estabelecimentos em caso de serem citados espaços particulares, etc), seguindo os critérios de inclusão posteriormente estabelecidos".

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-000

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7815

Fax: (71)3283-7815

E-mail: cepes.ufba@ufba.br

**ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA**



Continuação do Parecer: 5.522.018

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo de pesquisa atende aos preceitos éticos emanados das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, sugere-se parecer de aprovação.

Considerações Finais a critério do CEP:

Colegiado homologa parecer de aprovação emitido pelo relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1897784.pdf	21/06/2022 18:38:32		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	22/06/2022 18:13:49	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevistas.pdf	22/06/2022 18:12:46	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Questionario.pdf	22/06/2022 18:12:23	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
Orçamento	Orçamento.pdf	22/06/2022 18:11:51	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA DA PESQUISA APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE LAZER PELA COMUNIDADE DO BAIRRO DA LIBERDADE .pdf	03/03/2022 23:28:00	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
Folha de Rosto	_FolhaDeRosto_.pdf	03/03/2022 23:21:43	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
Outros	Reso466.pdf	25/02/2022 16:17:09	Patricia Santiago Viana Teixeira deSouza	Aceito
Outros	submiter.pdf	25/02/2022 16:16:50	Patricia Santiago Viana Teixeira deSouza	Aceito
Outros	checklist.pdf	25/02/2022 16:16:39	Patricia Santiago Viana Teixeira deSouza	Aceito
Outros	Termo_de_Compromisso_Equipe_Executiva.pdf	24/02/2022 16:47:39	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS	Aceito

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar

Bairro: Canela

CEP: 41.110-060

UF: BA

Município: SALVADOR

Telefone: (71)3283-7815

Fax: (71)3283-7815

E-mail: cepes.ufba@ufba.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA - UFBA



Continuação do Parecer: 5.522.018

Outros	Termo_de_Compromisso_Equipe_Exec utora.pdf	24/02/2022 16:47:39	SANTOS	Aceito
Outros	Carta_de_Encaminhamento.pdf	24/02/2022 16:40:33	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito
Outros	EQUIPE_DE_ESTUDO.pdf	24/02/2022 16:35:17	ANA CAROLINE CANDEIAS DOS SANTOS	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SALVADOR, 12 de Julho de 2022

Assinado por:
Anderson Reis de Sousa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Viana S/N 3º Andar
Bairro: Carola **CEP:** 41.110-060
UF: BA **Município:** SALVADOR
Telefone: (71)3283-7615 **Fax:** (71)3283-7615 **E-mail:** ceps@ufba.br